

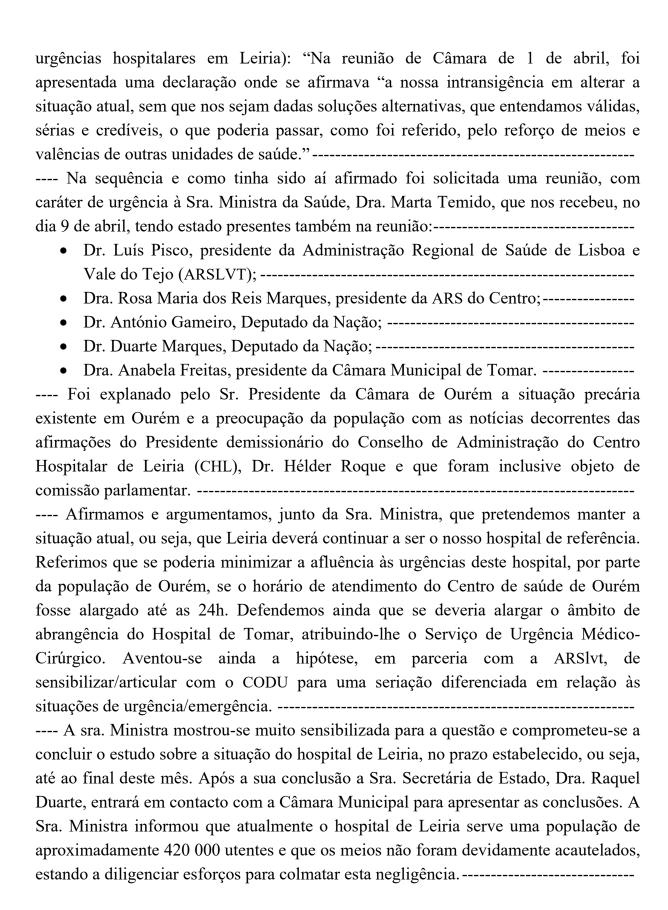
ATA N.º 9 (REUNIÃO PRIVADA)

Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove, na Cidade de
Ourém, no edifício sede deste Município e na Sala de Reuniões, à hora designada,
reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, estando presentes, além do
Excelentíssimo Presidente, Senhor LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO
COUTINHO ALBUQUERQUE, os Senhores Vereadores: NATÁLIO DE OLIVEIRA
REIS, JOSÉ AUGUSTO DIAS DOS REIS, MARIA ISABEL TAVARES CARDOSO
JUSTA DE SOUSA COSTA, RUI MANUEL SIMÕES VITAL e JOÃO MIGUEL
CALDEIRA HEITOR, comigo Clarisse Isabel Pereira Neves, Chefe da Divisão de
Apoio a Fundos Comunitários e Expediente
OOXXXOO
000 ABERTURA DA REUNIÃO
O SENHOR PRESIDENTE DECLAROU ABERTA A REUNIÃO E
FORAM SEGUIDAMENTE TRATADOS OS ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM
DO DIA (ANEXO I), ELABORADA NOS TERMOS DO ARTIGO 53.º, DO ANEXO I À
LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO
OOXXXOO
000
FALTAS DE MEMBROS DA CÂMARA
O Senhor Presidente informou os presentes de que, ao abrigo da Delegação de
Competências efetuada na reunião de 30 de outubro de 2017, considerou justificada a
falta da Senhora Vereadora CÍLIA MARIA DE JESUS SEIXO, por motivos de ordem
pessoal
A CÂMARA FICOU INTEIRADA
ooxxxoo
000
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA
Nos termos do artigo 52.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o
Senhor Presidente tomou a palavra para:

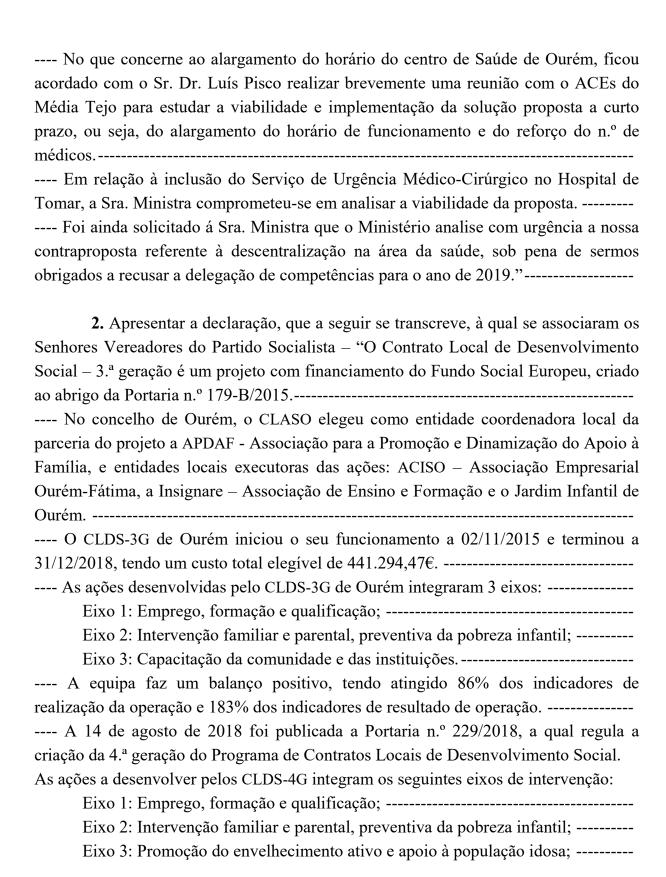
1. Dar conta do relatório, que a seguir se transcreve, da reunião realizada no

âmbito do Serviço Nacional de Saúde (atendimento no Centro de Saúde de Ourém e

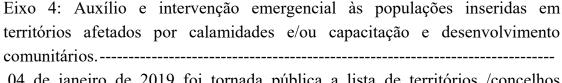






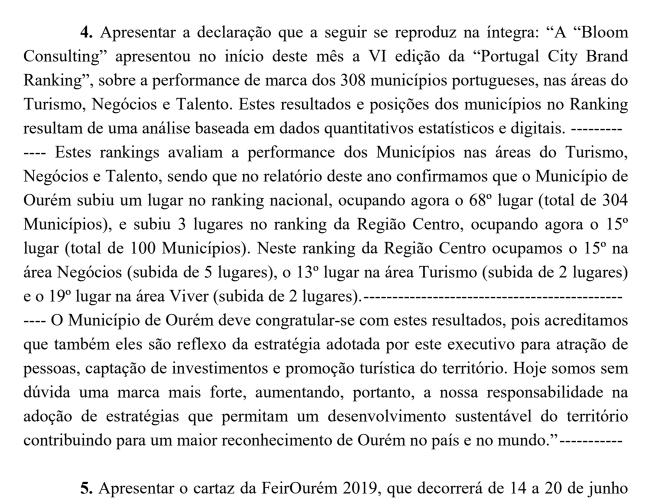


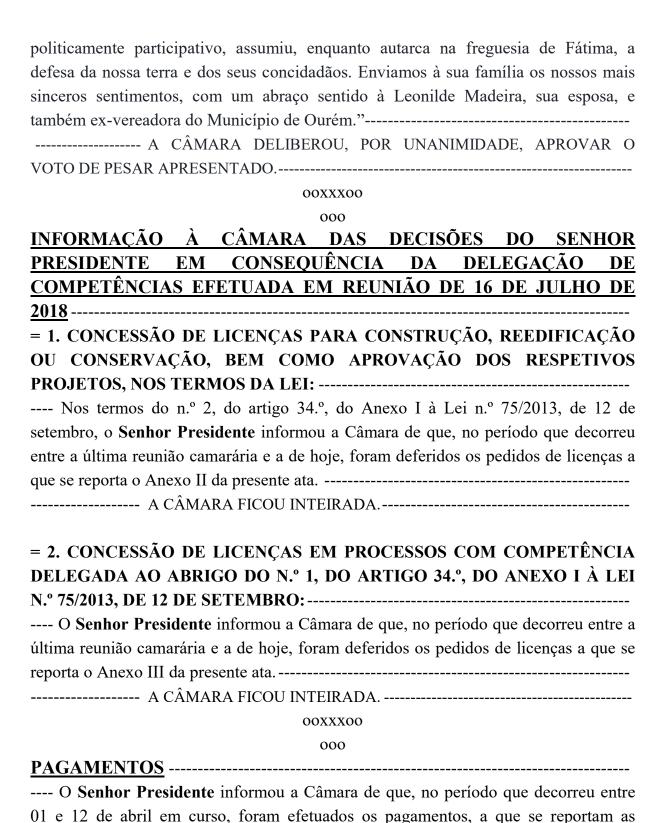




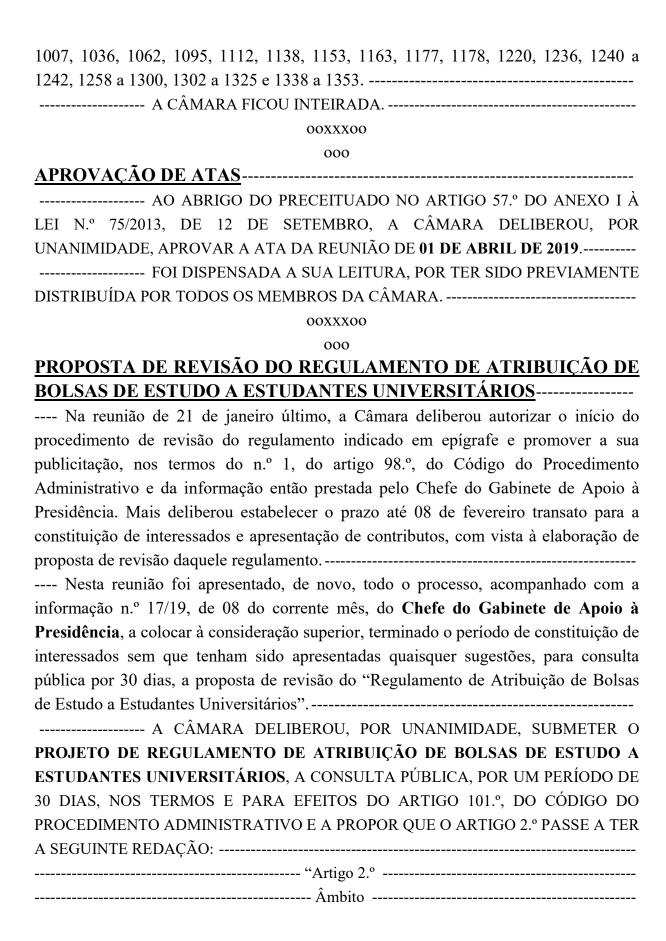
---- A 04 de janeiro de 2019 foi tornada pública a lista de territórios /concelhos relativos às regiões de convergência, mediante o Despacho n.º 176-C/2019, tendo-se verificado que o concelho de Ourém não havia sido contemplado pelo Programa. --------- Neste sentido, foi dirigida, no dia 25 de fevereiro, uma exposição fundamentada ao Sr. Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Dr. José António Fonseca Vieira da Silva, elaborada em parceria com a APDAF, a solicitar o alargamento da lista de territórios do CLDS-4G, de modo a abranger o concelho de Ourém, onde se argumentava que Ourém deveria ser contemplado no Eixo 3. --------- "...consideramos que o eixo 3 seria um eixo fulcral para o concelho, uma vez que temos 10.157 pessoas com mais de 65 anos, cerca de 1.295 pessoas institucionalizadas em ERPI, tendo-se igualmente registado nesta resposta social, em 2017, uma lista de espera de 1.295 utentes (cf. dados disponibilizados pelas entidades do concelho), o que leva a considerar a necessidade de intervir neste grupo da população." ---------- No dia 10 do corrente mês tomámos conhecimento, através do Despacho n.º 3998/2019, de que foi aceite abranger o concelho de Ourém pelo CLDS-4G. Sendo o custo total elegível da candidatura 330.000€.--------- Neste momento aguardamos pelo convite oficial do Instituto da Segurança Social, I.P., para aceitarmos ser abrangidos pelo programa. --------- Não podemos deixar de nos congratular por esta decisão do Ministério do Trabalho e da Segurança Social, permitindo assim continuar a desenvolver um trabalho sustentado e de qualidade nesta área tão estruturante de cariz social."-----





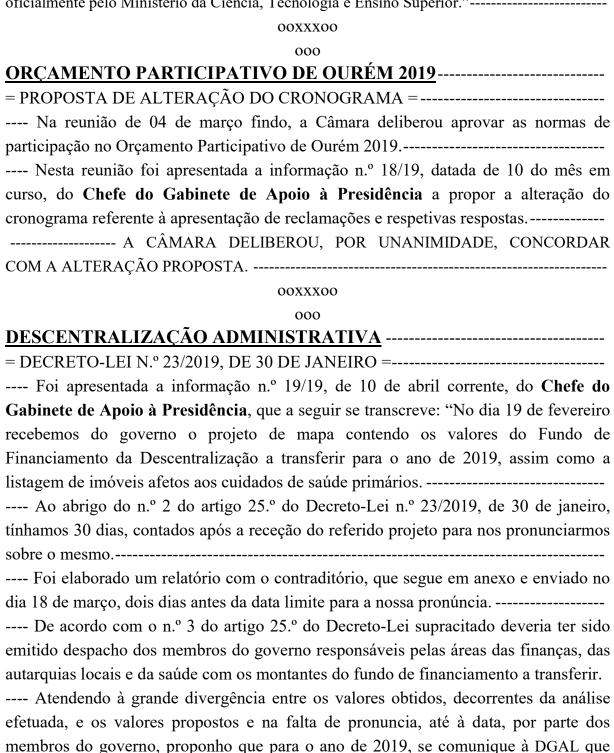


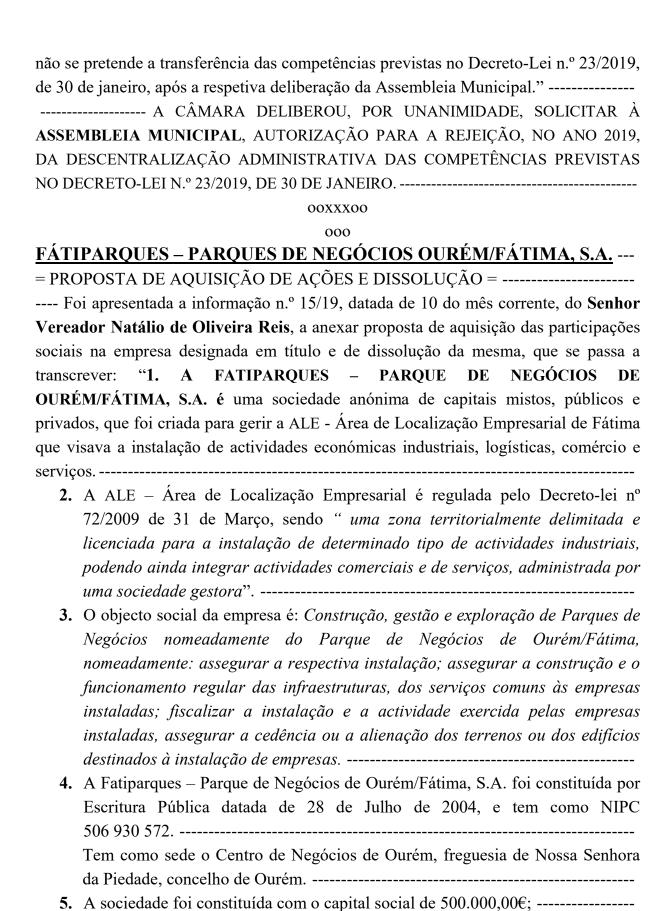
autorizações a seguir indicadas, que colocou à disposição de todos, para efeitos de consulta e confirmação, no valor de 1.090.583,02€: 523, 589, 666, 667, 885, 979, 984,





As bolsas atribuídas ao abrigo do presente regulamento abrangem estudantes matriculados em cursos conducentes ao grau de licenciatura, com ou sem mestrado integrado, em estabelecimento de ensino superior público, privado ou cooperativo, reconhecidos oficialmente pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior."-------







Número de Acções: 100000;-----Valor nominal: 5,00 Euros; ------Natureza das Acções: Nominativas, podendo haver títulos de uma, cinco, dez, vinte, cinquenta, cem, quinhentas, mil, dez mil, cem mil, quinhentas mil acções e respectivos múltiplos.-----**6.** A Forma de obrigar a sociedade é:----a) Pelas assinaturas de dois Administradores; -----b) Pela assinatura de um administrador, acompanhada da assinatura de qualquer procurador constituído pelo Conselho de Administração para esse efeito;----c) Pela assinatura de um ou mais procuradores nos termos e limites do mandato conferido ao abrigo de deliberação do Conselho de Administração;-----Estrutura da administração: composto por três, cinco ou sete membros. -----Estrutura da fiscalização: Compete a um Conselho Fiscal ou a um Fiscal único; Duração dos mandatos: Três anos-----7. A estrutura acionista, à data da constituição da sociedade, sendo intervenientes na outorga da Escritura de constituição, era a seguinte: -----

ACCIONISTAS	%	Valor da Participação
Capital Social em Dinheiro		
Câmara Municipal de Ourém	25%	125.000,00€
Lena Engenharia e Construções, S.A.	25%	125.000,00€
Nersant – Associação Empresarial da Região de Santarém	11%	55.000,00€
Construções Aquino & Rodrigues, S.A.	5%	25.000,00€
Imocom - Parques de Negócios, S.A.	5%	25.000,00€
Intertelha – Indústria de Coberturas Autoportantes, Lda	5%	25.000,00€
João Lopes da Silva	4%	20.000,00€
Euromolding - Madeiras, Lda.	2%	10.000,00€
J. Justino das Neves, S.A.	2%	10.000,00€
Ramiro Neves Vieira	2%	10.000,00€
Abel Pinto Marques	2%	10.000,00€
Vigobloco - Pré-fabricados, S.A.	2%	10.000,00€
Bindopor, Indústria e Comércio Internacional, Lda.	1%	5.000,00€
Noc - Construções, Lda.	1%	5.000,00€

Capital Social em Espécie		
Soproi – Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda	8%	40.000,00€
TOTAL	100%	500.000,00€

8.	O Conselho de Administração foi inicialmente constituído pelos seguintes
	membros designados para o triénio 2004/2006:
	- Município de Ourém;
	- Lena Engenharia e Construções, S.A.;
	- José Eduardo Marcelino de Carvalho;
	- Soproi – Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda;
	- Construções Aquino & Rodrigues, S.A
9.	A Fatiparques - Parque de Negócios de Ourém/Fátima, S.A. é proprietária de
	várias parcelas de terreno que totalizam a área de 96.330 m2, conforme
	cadernetas prediais em anexo. Estes terrenos foram adquiridos no ato de
	constituição da sociedade Fatiparques S.A., pelo montante de 481.660,00 €,
	conforme escritura pública de 28/07/2004 no Segundo Cartório Notarial de
	Tomar, conforme cópia em anexo
10	A Actividade da Fatiparques - Parque de Negócios de Ourém/Fátima, S.A.
	caracterizou-se, ao longo dos anos, pela elaboração de estudos e projectos com
	vista à alteração do uso do solo com a elaboração do Plano de Pormenor,
	Estudo de Avaliação Ambiental e elaboração de Projecto para a instalação de
	dois pavilhões industriais em banda, divididos em fracções
11	As Actividades mais relevantes da sociedade foram:
	- Levantamento topográfico;
	- Levantamento das espécies florestais que carecem de pedido de abate à AFN,
	na área de intervenção do PP;
	- Estudo de tráfego e circulação;
	- Estudo geomorfológico;
	- Prospecção arqueológica;
	- Regulamento de drenagem e tratamento de águas;
	- Estudo relativo ás fontes de energia renováveis e estratégias para a redução do
	consumo energético;
	- Mapas de ruido,
	- Caracterização hidrogeológica da área de intervenção do PP;
	- Estudo de viabilidade de construção de um novo nó de acesso à A1;
	- PIP – Pedido de Informação Prévia para a constituição de lotes;



- Entrega de Proposta de Plano de Pormenor na CCDRLVT. -----12. A Sociedade Fatiparques – Parque de Negócios de Ourém/Fátima, S.A. prestou regularmente Contas até ao exercício relativo ao ano económico de 2013, havendo um interregno até ao exercício económico de 2016, cujas contas foram aprovadas, juntamente com as do ano de 2017, na Assembleia Geral de 27 de Abril de 2018.-----13. A Sociedade teve resultados líquidos negativos em anos sucessivos, tendo o Município de Ourém sido interpelado pelo Tribunal de Contas por causa das prestações de contas negativas em vários exercícios económicos. ------14. Desde Abril de 2018 até à presente data de 10 de Abril de 2019, a Assembleia Geral da Fatiparques, S.A. tem reunido com regularidade, sendo certo que, a posição do Município desde o início dessas reuniões foi a de encontrar uma solução que definisse e resolvesse, definitivamente, o futuro da sociedade. -----15. Dada a inactividade da empresa e a dificuldade em conciliar os interesses dos seus acionistas, a Câmara Municipal de Ourém informou os accionistas que não
- se encontrando outra solução, que iria avançar para a aquisição da totalidade das participações sociais, com o objectivo de encerrar a empresa, ponto este, que foi discutido, votado e aprovado pela totalidade dos acionistas presentes na Assembleia Geral de 06 de Novembro de 2018, conforme resulta da Acta Nº 3 da Fatiparques - Parque de Negócios de Ourém/Fátima, S.A. -----
- 16. Na sequência da deliberação tomada na Assembleia Geral, a Câmara Municipal de Ourém vem por este meio manifestar o propósito de adquirir as participações sociais dos restantes acionistas, negociando com cada um deles o pagamento de parte do capital e dos suprimentos, assumir o pagamento das dívidas, e dissolver e liquidar a empresa Fatiparques - Parque de Negócios de Ourém/Fátima, S.A. ------
- 17. As dívidas da sociedade à data de 31 de Dezembro de 2018 totalizavam 82.079,63€, sendo 67.541,40€ de dívidas a fornecedores e 14.558,23€ relativas a dívidas a outros credores, nomeadamente à AT – Autoridade Tributária. ------
- 18. A situação perante a Segurança Social encontra-se regularizada. -----
- 19. Atendendo aos considerandos anteriores, a Câmara Municipal de Ourém propõe as participações sociais dos demais acionistas, negociando individualmente com cada um deles, ficando como Acionista Único, e então, assumir o pagamento das dívidas e proceder à dissolução e liquidação da sociedade mediante a seguinte calendarização: -----
 - 15 de Abril de 2019 sujeição a deliberação na Câmara Municipal de Ourém; --



- 25 de Abril de 2019 sujeição a aprovação na Assembleia Municipal de Ourém;
- Até 30 de Maio de 2019 requisição da aprovação pelo Tribunal de Contas; ----
- Até 30 de Junho de 2019 dissolução e liquidação da Fatiparques, S.A; ------
- Até 31 de Julho de 2019, pagamento das dívidas e extinção da Fatiparques, S.A. -----

20. A Câmara Municipal de Ourém propõe-se pagar à actual estrutura acionista da seguinte forma: -----

ACIONISTAS	Montante de Capital	Suprimentos / Prestações Acessórias*	Total	Montante a pagar	% CAPITAL
Lena Engenharia e Construções S.A.	125 000,00 €	17 228,26 €	142 228,26 €	62 500,00 €	20,49%
Nerventure, SGPS, Unipessoal Lda.	55 000,00 €	7 580,00 €	62 580,00 €	26 290,00 €	9,01%
Soproi Lda. e Stawell S.A.	93 175,00 €	425 650,00 €*	518 825,00 €	130 000,00 €	15,27%
Aquino Construções S.A.	25 000,00 €	3 445,65 €	28 445,65 €	14 222,82 €	4,10%
Imocom - Parques de Negócios S.A.	25 000,00 €	0,00€	25 000,00 €	12 500,00 €	4,10%
Intertelha S.A.	25 000,00 €	3 445,65 €	28 445,65 €	14 222,82 €	4,10%
João Lopes da Silva	20 000,00 €	800,00 €	20 800,00 €	15 000,00 €	3,28%
Euromolding - Madeiras S.A.	10 000,00 €	1 517,66 €	11 517,66 €	5 000,00 €	1,64%
J. Justino Neves S.A.	10 000,00 €	1 517,66 €	11 517,66 €	5 758,83 €	1,64%
Ramiro Neves Vieira***	3 000,00 €	0,00 €	3 000,00 €	1 500,00 €	0,49%
Abel Pinto Marques	10 000,00 €	0,00 €	10 000,00 €	5 000,00 €	1,64%
Vigobloco S.A.	10 000,00 €	1 378,26 €	11 378,26 €	5 689,13 €	1,64%
Bindopor S.A.	5 000,00 €	689,13 €	5 689,13 €	2 844,56 €	0,82%
NOC S.A.	5 000,00 €	689,13 €	5 689,13 €	2 844,56 €	0,82%
Central Projetos S.A.	3 445,00 €	0,00 €	3 445,00 €	1 722,50 €	0,56%
Maria José R. Neto Chaves Castilho	1 030,00 €	0,00€	1 030,00 €	1 030,00 €	0,17%
Sofia Maria Santos Arménio	995,00 €	0,00 €	995,00 €	995,00 €	0,16%
Iberscal	930,00 €	12,75 €	942,75 €	930,00 €	0,15%
Vitor Alexandre C. Gaudêncio N. Costa	330,00 €	0,00€	330,00 €	330,00 €	0,05%



Nersant	215,00 €	0,00 €	215,00 €	107,50 €	0,04%
Ana Paula H. de Freitas Correia	75,00 €	0,85 €	75,85 €	75,00 €	0,01%
Ações Próprias***	7 000,00 €	0,00€	7 000,00 €	0,00 €	1,15%
TOTAIS	435 195,00 €	463 955,00 €	899 150,00 €	308 562,72 €	71,32%

----- COM VISTA À DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA EMPRESA FÁTIPARQUES – PARQUES DE NEGÓCIOS OURÉM/FÁTIMA, S.A., A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE: -----PRIMEIRO – APROVAR A PROPOSTA DE AQUISIÇÃO, AOS RESTANTES ACIONISTAS, DA TOTALIDADE DAS PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, NEGOCIANDO INDIVIDUALMENTE COM CADA UM, NOS MOLDES PREVISTOS NO MAPA DESCRITO NO PONTO 20 DA PROPOSTA SUPRA TRANSCRITA E SUBMETÊ-LA A APRECIAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL; ------SEGUNDO – APROVAR A PROPOSTA DE DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA FÁTIPARQUES - PARQUES DE NEGÓCIOS OURÉM/FÁTIMA, S.A., APÓS A AQUISIÇÃO DA TOTALIDADE DAS PARTICIPAÇÕES SOCIAIS PREVISTAS NO NÚMERO ANTERIOR: ------TERCEIRO – DESIGNAR O SENHOR VEREADOR NATÁLIO DE OLIVEIRA REIS PARA CONCLUIR AS NEGOCIAÇÕES JÁ INICIADAS DE AQUISIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES SOCIAIS EM NOME DO MUNICÍPIO, E, POSTERIORMENTE, INTEGRAR A COMISSÃO LIQUIDATÁRIA DAQUELA EMPRESA, CONCEDENDO-LHE OS PODERES DE REPRESENTAÇÃO NECESSÁRIOS PARA O EFEITO;-----**QUARTO** – MANDATAR O EXECUTIVO, PARA, EM CONJUGAÇÃO COM A COMISSÃO LIQUIDATÁRIA, IMPLEMENTAR A LIQUIDAÇÃO DA EMPRESA EM CAUSA, APÓS DELIBERAÇÃO TOMADA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL; -----**QUINTO** – PROCEDER, DE CONFORMIDADE COM O ARTIGO 148.º, DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS, NO DECURSO DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO DA EMPRESA, AO LEVANTAMENTO DOS SEUS ATIVOS E PASSIVOS A REVERTEREM PARA O MUNICÍPIO E DE TODOS OS DIREITOS ATIVOS. OBRIGAÇÕES E PASSIVOS, CONSIDERANDO QUE O MUNICÍPIO PASSARÁ A SER O ACIONISTA ÚNICO; ------SEXTO – AUTORIZAR A COMISSÃO LIQUIDATÁRIA A LIQUIDAR AS DÍVIDAS QUE A EMPRESA FÁTIPARQUES – PARQUES DE NEGÓCIOS OURÉM/FÁTIMA, S.A. POSSUA À DATA DA SUA DISSOLUÇÃO, ATÉ AO VALOR DE 80.000,00€; ------



SÉTIMO – COMUNICAR À DIREÇÃO-GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS, À INSPEÇÃO-GERAL DE FINANÇAS E AO TRIBUNAL DE CONTAS, A DELIBERAÇÃO QUE VIER A SER TOMADA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----ooxxxoo

000

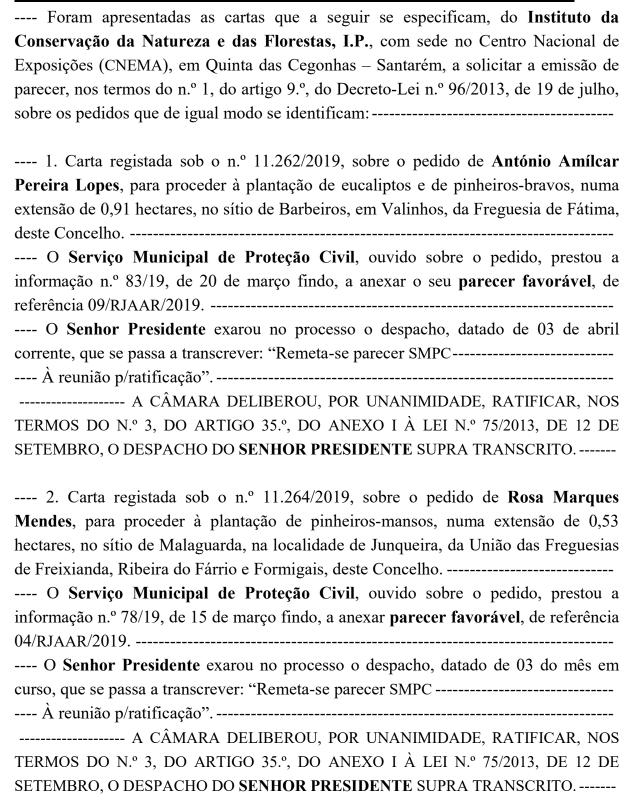
PROPOSTA DE PROTOCOLO COM A FREGUESIA DE URQUEIRA ------- Através da informação n.º 74/19, de 12 de março findo, o Serviço Municipal de Proteção Civil, colocou à consideração superior proposta de texto de protocolo a celebrar com a Freguesia de Urqueira, com sede no Largo do Rossio, n.º 1, em Urqueira, deste Concelho, com o objetivo de estabelecer regras relativas às ações de prevenção florestal, a levar a cabo neste Concelho pela sua Equipa de Sapadores Florestais e bem assim estabelecer a respetiva comparticipação financeira, válido pelo período de três anos, renovável por igual período. ---------- O Chefe da Divisão de Gestão Financeira, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 09 de abril em curso, a dar conta de que a despesa emergente da celebração do protocolo em causa, dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, devendo o órgão deliberativo autorizar a sua plurianualidade. ------------ A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR OS TERMOS DO PROTOCOLO PROPOSTO, CONSTANTE DO ANEXO IV DA PRESENTE ----- MAIS DELIBEROU, TAMBÉM POR UNANIMIDADE, SOLICITAR À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º 1, DO ARTIGO 6.°, DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, AUTORIZAÇÃO PARA REPARTIR, DO SEGUINTE MODO, PELOS ANOS ECONÓMICOS DE 2019 A 2022, OS ENCARGOS DECORRENTES DA CELEBRAÇÃO DO CITADO PROTOCOLO: ------- ANO 2019 – 12.950,00 EUROS;------ ANO 2020 – 22.200,00 EUROS;------ ANO 2021 - 22.200,00 EUROS; ------

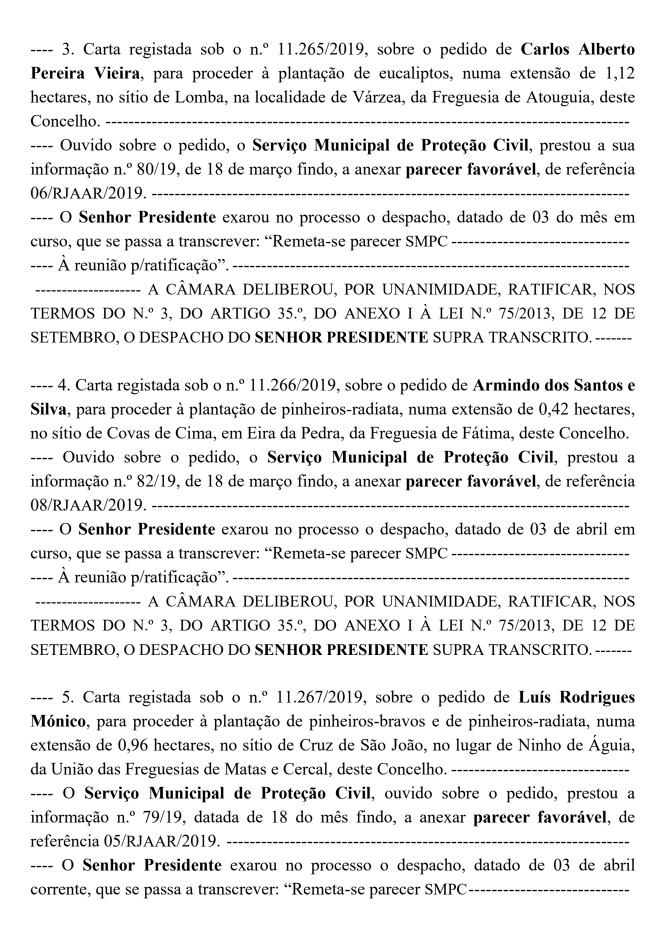
ooxxxoo

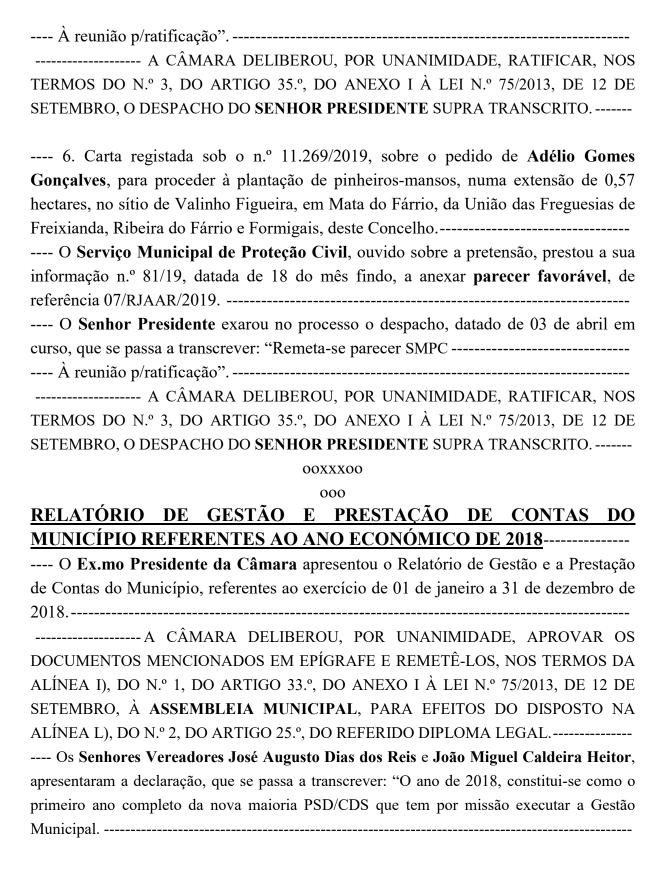
- ANO 2022 - 9.250,00 EUROS. ------



AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE (RE)ARBORIZAÇÃO -----









devida tolerância e enquadramento no espaço e tempo que, em consciência, entendemos
adotar
Depois de descortinado os documentos, não estamos minimamente espantados com a
evolução das contas e da gestão em geral. Ao dar a nossa concordância ao Orçamento e
GOP's que este Executivo nos apresentou para 2018, e embora os desempenhos tenham
ficado no limiar do retificativo, os resultados eram previsíveis
Por outro lado, ao longo do ano, fomo-nos apercebendo da trajetória da evolução dos
investimentos e estratégias do Executivo, pelo que ao nível dos cumprimentos da execução
orçamental, GOP's ou PPI, também não estamos espantados
Portanto, em suma, e porque as contas apresentadas estão no intervalo dos parâmetros
convencionados e esperados, os Vereadores do PS, com naturalidade, votam pela aprovação
das mesmas
Dito isto, no entanto, temos muitas observações a fazer sobre o ano económico de 2018.
As nossas observações podem, de alguma forma, ajudar os munícipes a perceber o que foi a
governação da Câmara no decorrer do ano em análise
Esquematicamente, vamos dissecar os documentos por temas:
1 – Relatório de Gestão
Antes de mais, queremos recordar que o Relatório de Gestão tem como pressuposto dar a
conhecer profundamente o que de mais relevante se passou na Câmara no período em analise,
os objetivos e as limitações futuras. Daí caber ao Órgão de Gestão a responsabilidade do que
neste está inscrito e descrito
Começando pelo princípio, i.e., a mensagem do senhor Presidente:
- Deparamo-nos com uma mensagem meramente descritiva dos números remetendo-nos para
uma mera constatação aritmética, misturando nesta descrição de números, adjetivações
gloriosas com destaque para as rituais menções como rigor, poupanças, contenção de
despesas e resultados históricos
- Ao contrário do que seria esperado e exigido na mensagem magna do documento, nada é
dito sobre objetivos e futuro para o Município. O senhor Presidente apenas refere, de
forma abstrata, que são "contas notoriamente equilibradas" e "permitem que, no futuro,
venhamos a dispor de melhores condições para realizar uma lista de investimentos, que têm
vindo a ser adiadas"
Questiona-se a lista de investimentos e o motivo para todo esse adiamento?
Fazemos esta pergunta porque as contas estão equilibradas desde que este Executivo
tomou posse De facto, o senhor Presidente só nos está a dar razão quando sucessivamente
temos referido que o Município goza de boa saúde económico-financeira. Nesse sentido, não



é por esse facto que se impeça a concretização de investimentos estratégicos nem se veem razões para a desmensurada criação ou agravamento de taxas e taxinhas.--------- De seguida e dando a leitura possível ao Relatório, damos conta de inúmeros erros, lapsos ou inverdades. --------- Relativamente ao enquadramento macroeconómico da economia portuguesa num contexto europeu, verificamos que, incorretamente, nos é dito (pag 22) que o crescimento da economia portuguesa tem sido sempre inferior à média da zona do Euro. Ora, não sabemos se o Executivo optou por inscrever isto no seu relatório por desconhecimento, lapso ou por sobreposição de texto, uma vez que o que está escrito não corresponde à verdade. Na verdade, nos últimos dois anos, a Economia tem vindo a convergir e a superar a média dos países da zona Euro e da média da UE. Relativamente aos países da zona Euro, foram dois anos de convergência, a economia portuguesa cresceu em 2017, 2,8% e em 2018, 2,1%, o que compara com 2,4% e 1,8% respectivamente para a Zona Euro. Sim, é algo que já não se via há alguns anos e pode ser confrangedora para os Partidos da Direita... Mas é a verdade dos números que não pode ser escamoteada com jogos partidários!--------- Ainda no Relatório de Gestão, verificamos outros erros ou lapsos. --------- Podemos encontrá-los nos quadros estatísticos. A estatística constitui-se como uma ferramenta essencial para criar um campo empírico de dados, para ser utilizada na criação de modelos de apoio a uma estratégia vencedora. Neste contexto, estamos obrigados a que os dados estatísticos fornecidos sejam os mais corretos e completos possíveis. Parece-nos que tal não acontece. A saber: recorrendo à página 44 do Relatório, observa-se que se encontra inscrito no ponto 1.6.1.1 que o número de residentes no Concelho é exatamente igual ao que era no ano anterior. Porém, tendo em conta que a área do Concelho se mantém, como pode o indicador da densidade populacional no ponto 2.1, ser diferente? Logo, também os pontos 2.2 e 2.3 sobre taxas de crescimento da população estarão igualmente incorretos, porque o mesmo documento diz que a população residente não teve qualquer evolução e esses pontos referemse a taxas de crescimento diferentes de zero. Também analisado o nº de residentes em 2.18.3 verificamos que o valor 44.406 não confere com o somatório de desagregação por idade etária. --------- Estas observações, que resultam de uma leitura atenta dos documentos, prende-se com a necessidade de existirem dados fiáveis num Relatório que não devia apresentar falhas.--------- Esmiuçando o relatório, mais à frente encontramos dados na divisão da Saúde, que nos deixaram com algumas dúvidas. É referido no ponto 5.1.1 que para efeitos de dados estatísticos, existem no Concelho (ou a prestam serviço no Concelho) 1,2 enfermeiros por cada 1.000 habitantes. Ora, analisando o Relatório do ano passado, que é também da



responsabilidade do atual Executivo, haviam 3 enfermeiros por cada 1.000 habitantes. Fazendo contas, isto significa que teoricamente, passamos de 132 enfermeiros para apenas 53 num espaço de tempo de um ano. Perguntamos: isto é mesmo assim?!? Houve uma debandada de enfermeiros?!? Ou, se assim foi, quando é que isso ocorreu e porque razão o Executivo não trouxe o assunto a reunião deste órgão?!? Ou, mais uma vez estamos perante de dados estatísticos incorretos? (se foi assim, o que fez o executivo para impedir...?)---------- Sobre o Mercado de Trabalho, se tomarmos como certos os dados deste mesmo Relatório (o que já pode ser caso para dúvidas), verificamos que o emprego no Concelho cresceu de 10.557 para 10.805. Este crescimento de 2,3%, apresenta uma taxa muito boa, comparada com a taxa média anual nacional, que de acordo com INE se situou nos de 1,5%. Foram assim, criados em termos líquidos 248 postos de trabalho. Desta forma o atual Executivo já cumpriu com 8,2% o número de postos de trabalho que pretende criar. Sendo este um objetivo bandeira da coligação PSD/CDS nas últimas eleições autárquicas, informa-se que faltam apenas 2.752 novos postos de trabalho para a promessa ser cumprida. ---------- Ainda no Relatório de Gestão, deparamo-nos com um Quadro das Candidaturas ativas no ano 2018.--------- Interpretando este quadro, podemos verificar a dinâmica do que tem sido a governação deste Executivo desde que chegou ao poder.--------- O quadro informa-nos que estão 29 M€ em candidaturas ativas no que respeita a investimentos propostos, e desses aproximadamente 23 M€ apresentam-se como elegíveis. Destes valores, por iniciativa deste executivo, sem contar com as propostas de alterações de investimento propostos anteriormente, resume-se a cerca 1,8 M€ de investimentos propostos e 1,2 M€ de investimentos elegíveis. Há que reconhecer que para 14 meses de atividade é pouco e, com certeza, não pode satisfazer a atual maioria. --------2. Analise da Demonstração de Resultados e do Balanço ------2.1. Demonstração de Resultados---------- Numa ótica de gestão financeira de uma empresa comercial, diríamos que o ano foi globalmente positivo com evoluções que nos deixariam satisfeitos, pois todos os resultados cresceram relativamente a 2017. Assim, poderíamos celebrar o lucro que esta empresa teve, perdão, que o Município enquanto pessoa coletiva teve.--------- Como distribuir agora os lucros? --------- Todos nós sabemos que o objetivo final da função económico-financeira de um Município não é gerar Resultados Líquidos, mas sim implementar estratégias e investimentos tangíveis e intangíveis para criar condições para melhorar a vida comum

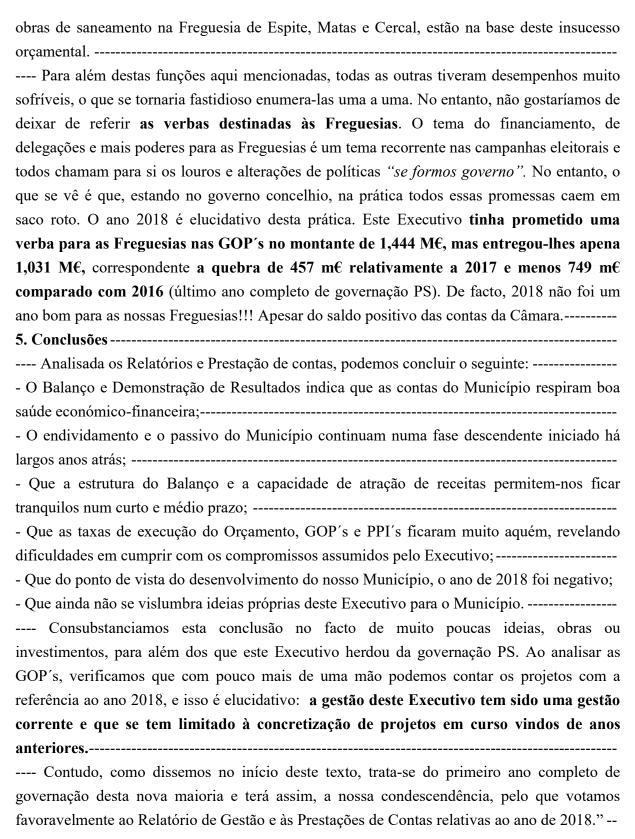
dos seus munícipes... As empresas distribuem lucros, os municípios, não! O que vai fazer com os lucros dado que não os pode distribuir?? ---------- Obviamente pretende-se chegar aos resultados anteriormente referidos, mas naturalmente sob uma gestão financeira responsável e equilibrada para que não aconteça o que frequentemente acontece e que obrigam depois a medidas de exceção e de austeridade. --------- Felizmente nada disso está no espectro deste município num curto e médio prazo. Este município, goza há já alguns anos saúde económica e financeira que permite liberdades financeiras que outrora não eram possíveis. --------- Concluímos que, desta forma, estamos satisfeitos, evidenciando, continuamente, contas equilibradas! Porém, para os Vereadores do PS, reafirmamos ser tempo de agir e colocar à disposição dos munícipes equipamentos e criar outros fatores que melhoram a sua vida no Concelho, que os prendem à sua Terra e que fomentam o desenvolvimento social e humano. --------- Todavia, analisando com outra visão a Demonstração de Resultados e interpretando aquilo que este Executivo informa no Relatório de Gestão, podemos verificar que no lado dos Proveitos e Ganhos assistimos a crescimentos significativos de rubricas que não têm diretamente a ver com a gestão da Câmara, mas sim com os resultados da dinâmica da Economia Nacional, como os impostos (IMI e Derrama) e as transferências correntes e subsídios recebidos. ---------- Ainda no lado da Proveitos e Ganhos, há que destacar o valor dos Proveitos e ganhos Extraordinários (conforme o mesmo nome diz, são valores extraordinários, porque a repetição destes pode não ocorrer em exercícios futuros), cujo crescimento face a 2017 é de 1,8 M€. Este valor deve-se essencialmente à extinção da EM e às correções positivas das estimativas feitas de cobrança de receitas em relação ao ano anterior. --------- Do lado dos Custos e Perdas assistimos a reduções expressivas ao nível dos FSE, aproximadamente 2,5 M€ em relação a 2017. Parte significativo deste valor é explicado pelos gastos que a Câmara suportou com o centenário das aparições em Fátima, e outra parte também de valor significativo tem a ver com serviços que passaram a ser internos depois da dissolução da EM OurémViva. Em contrapartida e em boa parte, para esta última razão, os Gastos com Pessoal cresceram 1,6 M€. Este caso faz-nos recordar o ano de 2011 ou 2012, quando o Município de Ourém absorveu e integrou nos seus quadros de pessoal, por contrato celebrado entre o executivo municipal PSD e o Ministério da Educação, as assistentes operacionais dos estabelecimentos escolares. Na altura a oposição PSD, de então, apresentou em reunião de Câmara e enviou comunicados a afirmar que o executivo municipal tinha efetuado um acréscimo de recursos humanos. Nós não ludibriamos a realidade. Interpretamos

os números e efetuamos as devidas relações, lógicas operacionais, que resultam da operação e
gestão municipal
Também a contribuir para a redução dos custos foi a redução da criação de Provisões,
passando de 802 m€ para apenas 86 m€
No final, o aumento dos Proveitos e Ganhos e a redução dos Custos e Perdas conduziu-
nos a um saldo positivo de 712 m€ e mais importante que tudo a libertação de meios libertos
líquidos de quase 12 M€. É sobre este valor que nos temos que focar porque este é o montante
que temos à nossa disposição para reinvestir. Neste capítulo, compreende-se que em $2018~\mathrm{o}$
executivo efetuou um acumular de dinheiro, quando este devia estar, como já referimos,
a ser utilizado na prossecução de investimentos uteis para os munícipes
2.2. Balanço
A estrutura do Balanço do Município, mantém-se equilibrada. Os capitais próprios
registaram um incremento na ordem dos 1.2 M€ por força dos resultados líquidos alcançados
e de ajustamentos feitos a exercícios anteriores
Já quanto aos Ativos, destaca-se a transferência da divida de terceiros da MaisOuém no
valor de 4,8 M€ para património fixo, após a dissolução desta empresa
Analisado os Ativos fixos, fica evidente o fraco desempenho dos investimentos em ativos
desta natureza e que foram reconhecidos no Balanço no decorrer de 2018. Assim, verifica-se
que os Ativos Fixos Brutos aumentaram em cerca de 9 M€, contudo 4,8 M€ referem-se
precisamente ao movimento descrito no paragrafo anterior. O valor restante foi grosso modo
os investimentos em Ativos fixos reconhecidos e portanto, contabilizados em 2018
Por consequência da pouca atividade de investimento, e tendo em conta que as receitas
correntes entraram nas contas do Município resultando daí num saldo positivo entre ganhos e
perdas, financeiramente o ano de 2018 foi de poupanças. Face às poupanças geradas não
restou ao Município outra alternativa senão continuar a sua senda de pagamento das dividas, e
logicamente queda do passivo. De facto, a onda da diminuição do passivo que já vem de trás
continuou este ano. No nosso entendimento o Município, encontra-se numa fase em que o
passivo não constitui nenhum constrangimento. Neste sentido impunha-se mudar o
"chip" e virar a autarquia para implementação de estratégias que fossem ao encontro
das necessidades dos munícipes e reforçar os elementos de atratividade do nosso
Concelho
3. Analise Orçamental
O maior dos pontos fracos do desempenho económico-financeiro da gestão Municipal,
teve a ver exatamente com os cumprimentos orçamentais
Do lado da Receita os quase 40 M€ orçamentados, apenas 36,6 M€ foram liquidados, o
que representa uma taxa de cumprimento de 89,8%. Mas, pior ainda, é a taxa de cumprimento



das receitas de Capital, com apenas 41,7%. Já as receitas correntes foram liquidadas em 104,6%. Ora, aqui temos mais evidencia do que foi a gestão financeira deste Município – foi um ano que se constitui com pouco mais de uma mera GESTÃO CORRENTE das atividades municipais.--------- Esta gestão constitui-se em praticamente liquidar receitas onde a sua intervenção é diminuta, acrescendo ao facto de ter existido um ganho por via do bom desempenho da Economia Nacional, refletindo-se numa liquidação de algumas receitas que não estariam previstas por terem sido alavancadas pela Economia. ---------- Do lado da Despesa, verifica-se um desempenho também abaixo do previsto. Na Despesa comprometida, a execução atingiu uma cobertura de 89,6%, com as Despesas de Capital a terem o pior desempenho (com 85,5%) Já a Despesa Paga atinge uma execução de apenas 76,4% com as Despesas de Capital apresentarem somente 65,5%. --------- Como temos referido, este ano foi um ano de poupança em Investimento, um ano de gestão corrente e de gestão de processos em curso. -----4. GOP's --------- Como não podia deixar de ser, a analise das GOP's é o corolário do que foi a gestão Municipal no decorrer do ano de 2018. As baixas execuções orçamentais naturalmente teriam os efeitos nas GOP's. ---------- Para 2018 foram definidos para as GOP's cerca de 23 M€ de financiamentos. Decorrido o ano, verifica-se que desses 23 M€, apenas 19,8 M€ foram comprometidos (taxa de execução de 85,4%) e apenas 15,3 M€ foram pagas (taxa de execução de 66,1%). Comparando com 2017, o montante executado e pago foi menos 5,1 M€. --------- Focamo-nos no financiamento pago de 15,3 M€ (com a taxa de execução de 66,1%). Para além de se considerar um desempenho muito pobre, numa análise desagregadora desta conta podemos observar onde foram os pontos fracos deste desempenho. Logo sobressaem as funções como comunicações e transportes, que para além da quebra de investimento pago de 2,1 M€ relativamente a 2017, o seu grau de execução em 2018 foi de apenas 63,2%. Neste capítulo, o Executivo falhou redondamente com a prometida recuperação e beneficiação de estradas e caminhos municipais, tendo executado apenas 757 m€ do 1.255 m€ previsto. --------- No que respeita à função Habitação e Urbanismo, o desempenho ficou a 1,7 M€ do previsto e menos 458 m€ comparado com 2017. A dificuldade em finalizar as obras da Av. D. Nuno Alvares Pereira esteve na base deste mau desempenho. ---------- Relativamente ao Saneamento e Salubridade, também a execução ficou muito aquém. O Executivo tinha previsto um financiamento de 4,5 M€ e ficou-se pelos 2,9 M€. A não concretização de obras de saneamento na Freguesia de Fátima, e a fraca execução também de







1.ª REVISÃO ORÇAMENTAL – ANO ECONÓMICO DE 2019 -----

- 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita Ano económico de 2019; -----
- 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa Ano económico de 2019; -----
- 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2019/2022. -----

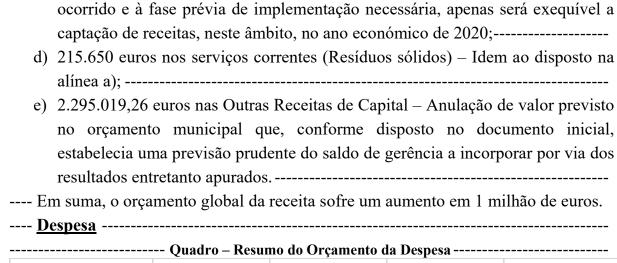
---- <u>Receita</u> -----

				uni: Euro
Designação	Dotações Actuais	Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Dotações Corrigidas
Receitas Correntes	31 296 793,00	0,00	1 160 650,00	30 136 143,00
Receitas de Capital	11 644 982,00	0,00	3 295 019,26	8 349 962,74
Outras Receitas	19 575,00	5 455 669,26	0,00	5 475 244,26
Total das Receias	42 961 350,00	5 455 669,26	4 455 669,26	43 961 350,00

---- Neste âmbito, afeta-se à receita municipal o saldo orçamental da gerência apurado referente ao exercício de 2018 (conforme mapa de fluxos de caixa constante nos documentos de prestação de contas de 2018, no qual se apurou um saldo positivo de 5.455.669,26 euros), tendo como contrapartida as seguintes anulações parciais: ------

- a) 330 mil euros nos impostos indiretos (Saneamento) O processo de revisão desta taxa encontra-se atualmente suspenso, em virtude de se ter determinado a constituição de empresa intermunicipal nesta área, estando em fase de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas; -------
- b) 220 mil euros nos impostos nas taxas (Saneamento) Idem à alínea anterior; ---
- c) 395 mil euros na taxa turística Após o período de auscultação pública, encetaram-se contactos com diversas associações empresariais representantes de agentes económicos que operam nesta área de negócio, estando em elaboração versão final do regulamento e da respetiva taxa turística, a submeter posteriormente aos órgãos municipais. Contudo, face ao hiato temporal já





				uni: Euro
Designação	Dotações Actuais	Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Dotações Corrigidas
Despesas Correntes	24 032 050,00	85 000,00	0,00	24 117 050,00
Despesas de Capital	18 929 300,00	915 000,00	0,00	19 844 300,00
Total de Despesas	42 961 350,00	1 000 000,00	0,00	43 961 350,00

---- Neste contexto, face ao aumento global das receitas em 1 milhão de euros, efetuaram-se as seguintes inclusões/correções:-----

- a) Aumento em 85 mil euros na classificação económica 02/0602030599 para possível incorporação das dívidas a assumir de entidade participada pelo Município de Ourém (Fatiparques Parque de Negócios Ourém/Fátima S.A), em virtude de dissolução pretendida promover em ato contínuo, conforme reflexo complementar, disposto na alínea seguinte; ------
- b) Aumento em 300 mil euros na classificação económica 03/090701 08/009 2019/88-1, enquanto previsão para aquisição do capital social dos restantes parceiros na entidade Fatiparques Parque de Negócios Ourém/Fátima S.A, tendo em vista a sua imediata dissolução e consequente assunção dos seus ativos e passivos. ------
- c) Aumento em 555 mil euros na classificação económica 02/07030308 09/001-2019-96, enquanto reforço para a recuperação e beneficiação de estradas e caminhos municipais; -----
- d) Aumento em 60 mil euros na classificação económica 02/07010301 12/001-2019/127, para a assunção de eventual acordo de indemnização a estabelecer com a Construtura San José, no âmbito da Construção do Edifício Sede do Município, entidade que requereu um valor de 298.863,22 euros, mas que o



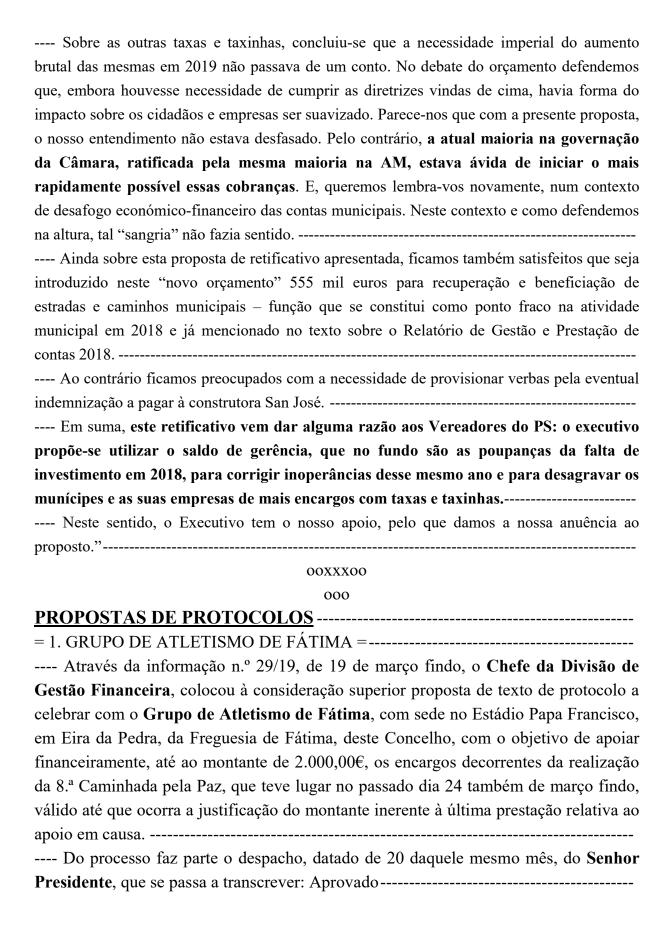
Município de Ourém contrapôs com um valor de 150 mil euros, a pagar em três anos, conforme o seguinte cronograma e não obstante a autarquia pretender imputar este encargo à entidade responsável pelo projeto, no âmbito de ação judicial encetada: ------

- 60 mil euros em 2019, após estabelecimento de acordo; ----- 45 mil euros em 2020, em duas prestações de 22.500 euros, a ocorrerem em junho e dezembro; ----- 45 mil euros em 2021, em duas prestações de 22.500 euros, a ocorrerem
- o 45 mil euros em 2021, em duas prestações de 22.500 euros, a ocorrerem em junho e dezembro. -----

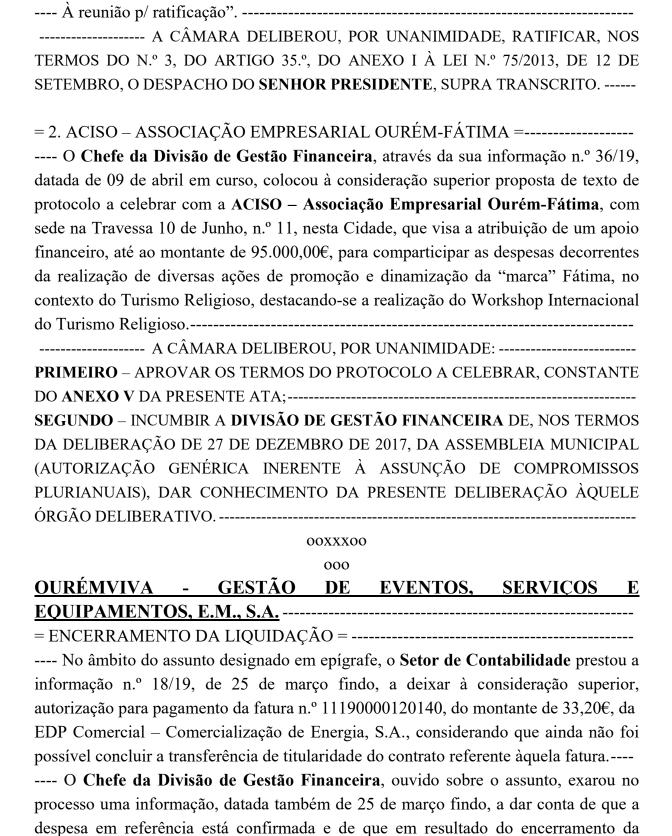
---- Em resultado das alterações promovidas ao orçamento da despesa (incluindo GOP's), o seu valor global aumentou 1 milhões de euros, mantendo-se, deste modo, o princípio do equilíbrio, em virtude de igual aumento ocorrido no orçamento da receita. Note-se que nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, aprovar as revisões orçamentais. --------- À consideração superior,".----------A CÂMARA, DEPOIS DE ANALISAR OS DOCUMENTOS ACIMA REFERENCIADOS, DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PRIMEIRA REVISÃO ORÇAMENTAL, PARA O ANO ECONÓMICO DE 2019 E REMETÊ-LA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, PARA EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.°, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. ---------- Os Senhores Vereadores José Augusto Dias dos Reis e João Miguel Caldeira Heitor, apresentaram a seguinte declaração: "Vem à Reunião de Câmara a primeira Revisão Orçamental referente ao ano económico de 2019. Isto é, o primeiro retificativo ao Orçamento de 2019. --------- Com a presente proposta, parece-nos que o Executivo pretende mudar os termos iniciais do Orçamento que "obrigou" a oposição PS a votar contra os documentos previsionais. ---------- Se bem se lembram, a posição do PS nunca foi de votar contra os investimentos que de alguma forma vão responder aos ensejos e às necessidades dos munícipes, mas sim contra políticas que são nefastas ao desenvolvimento deste nosso Município, como são as taxas agora, alvo de revisão orçamental. A Taxa Turística como popularmente se pode chamar é em nossa opinião inoportuna e contrária ao processo de desenvolvimento turístico deste Concelho. Acresce-se a isso que o Município não tem necessidade de criar uma taxa desta natureza dada a boa saúde económico-financeira cujas contas de 2018 já aqui hoje

forma apresentadas e discutidas, tendo todos nós chegado a essa conclusão. -----



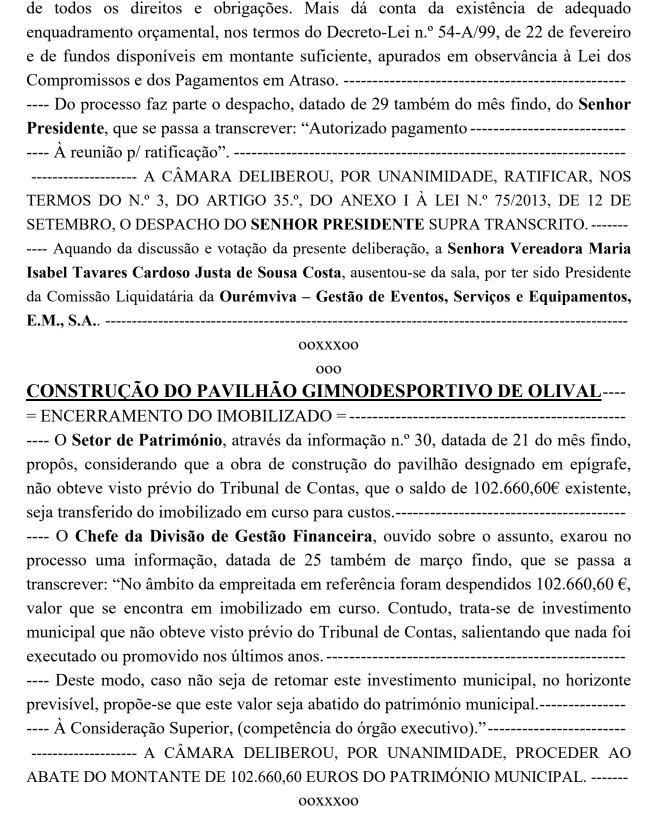




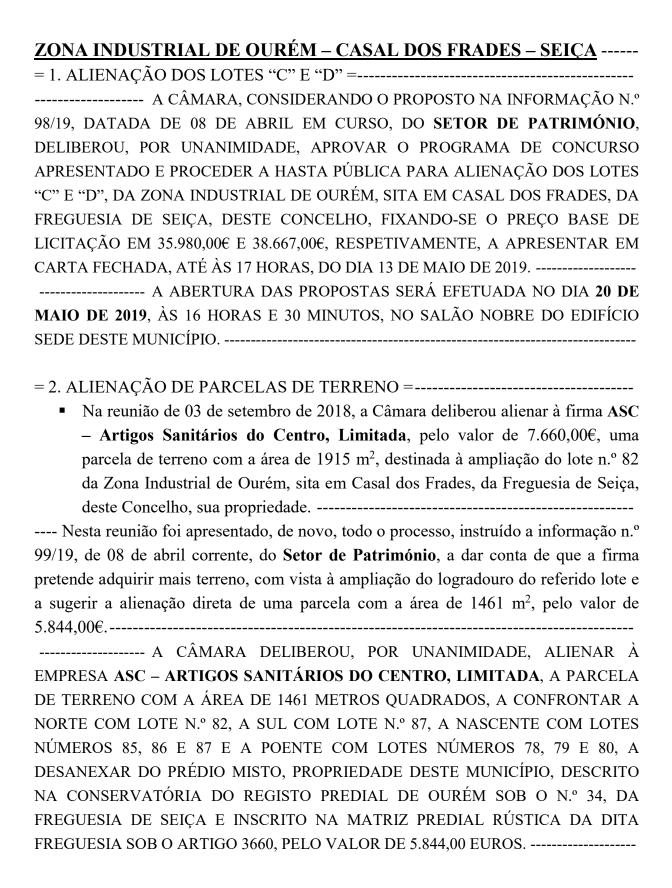


empresa municipal em causa, deverá ser assumida pelo acionista único, o qual dispõe

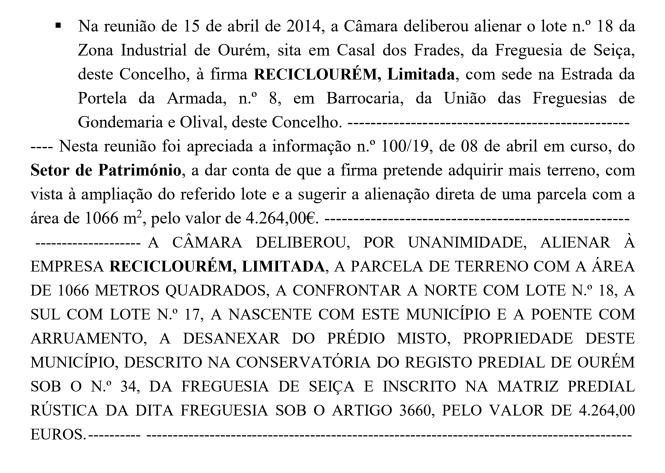


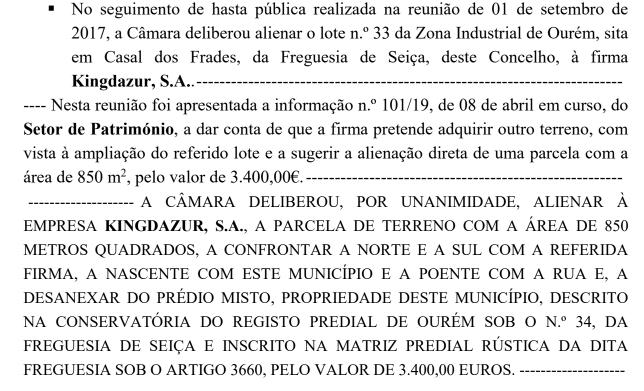




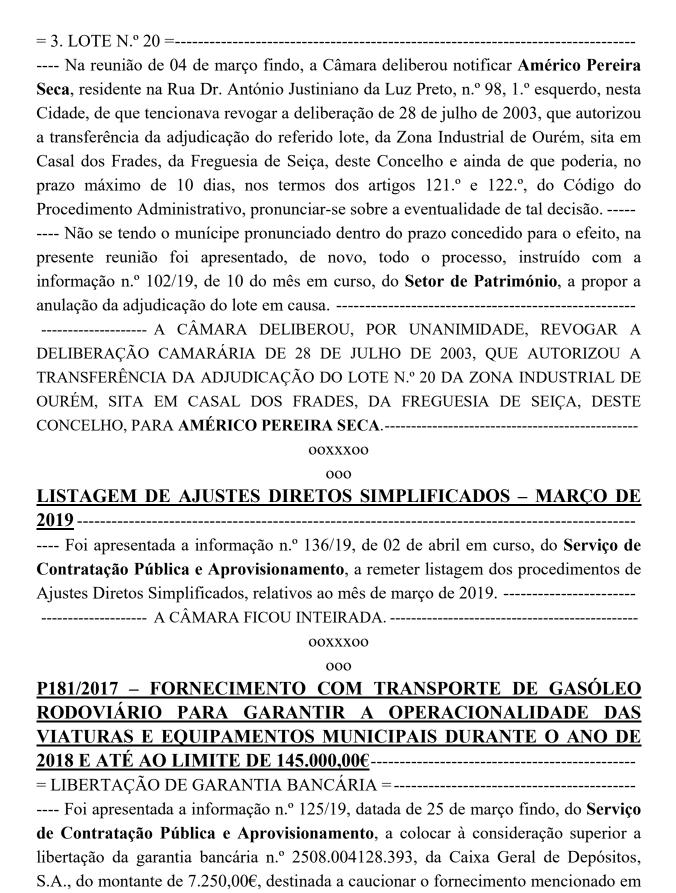


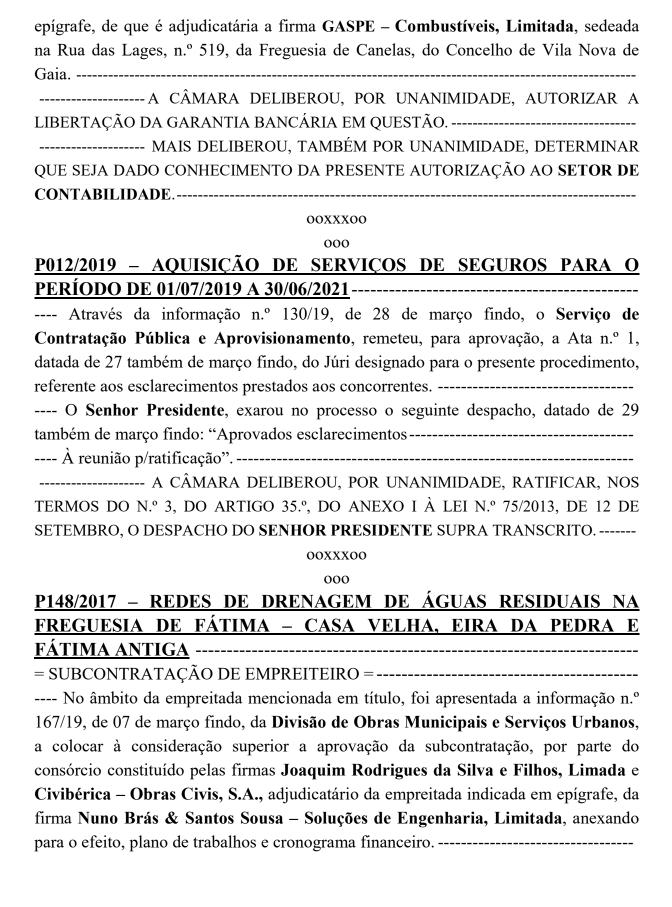




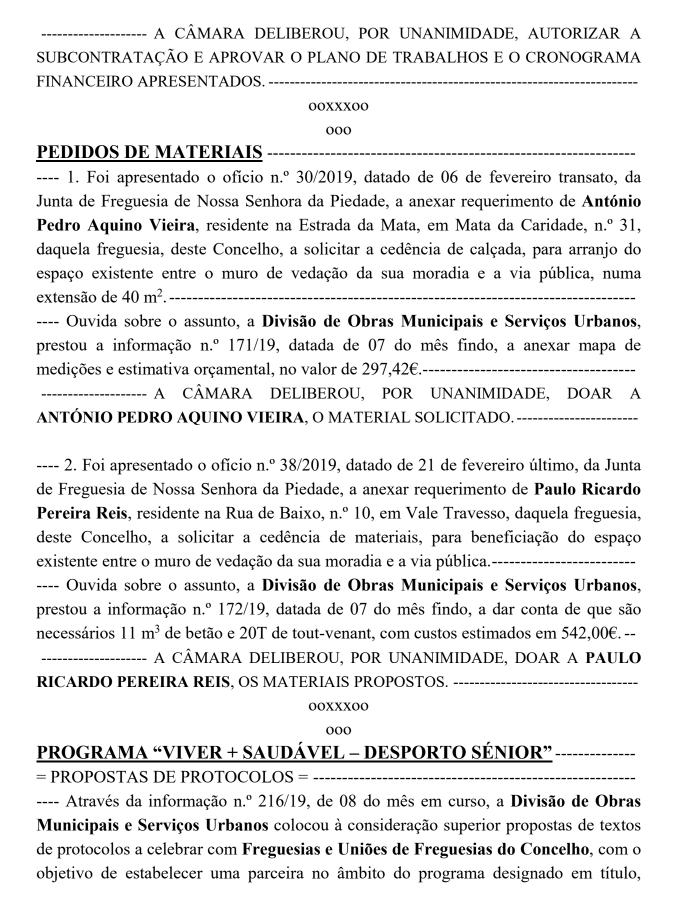


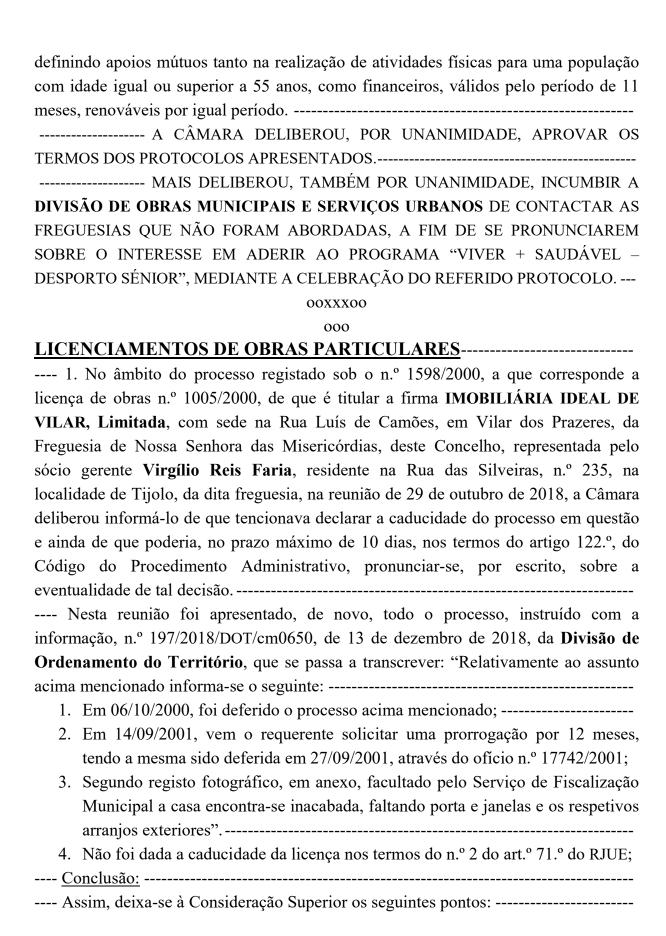


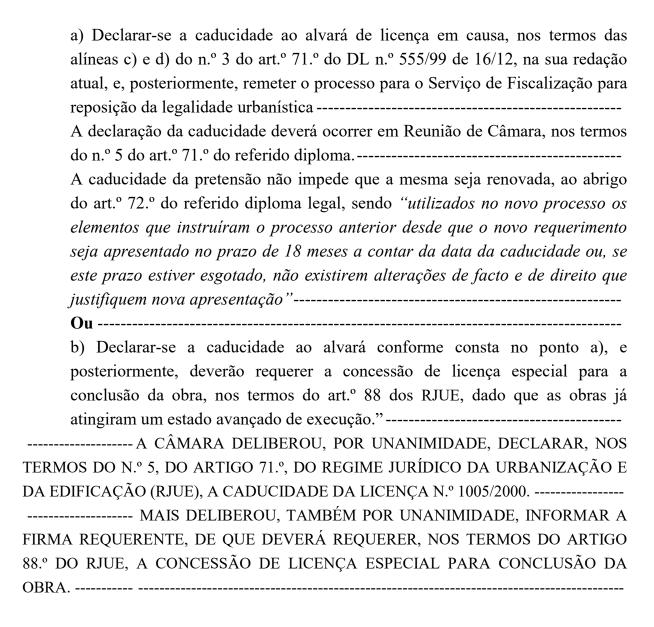




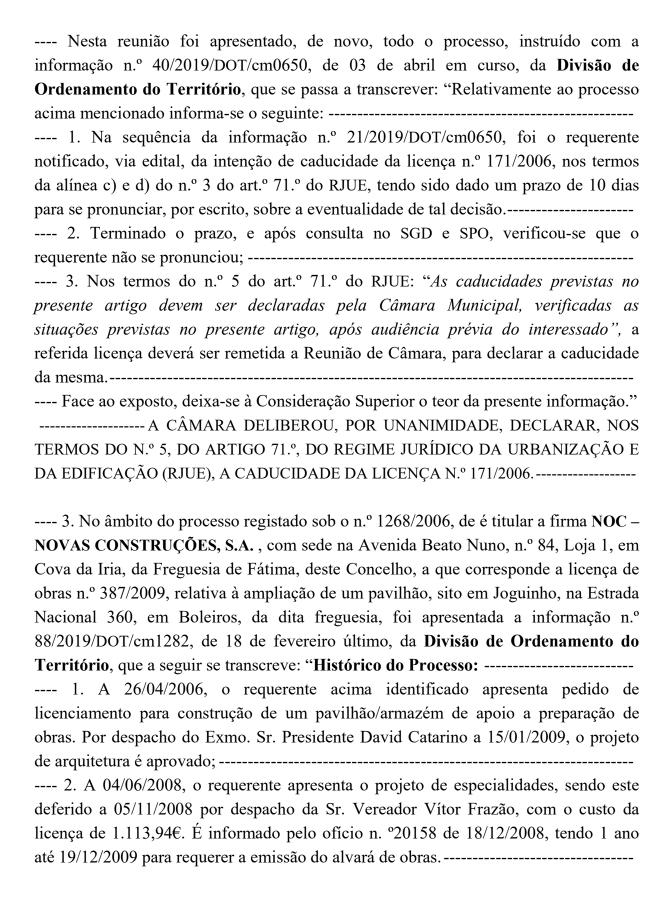












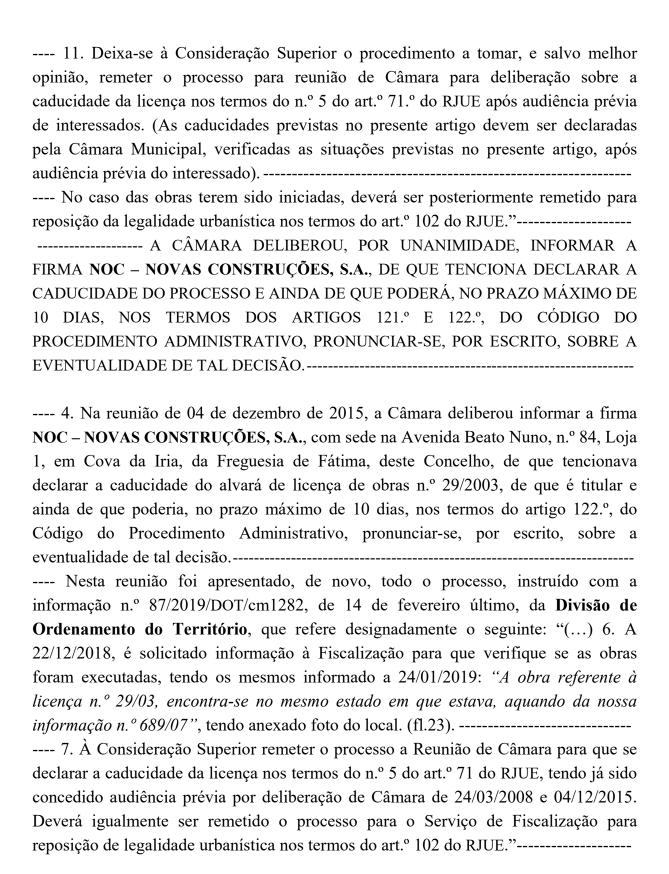


---- 3. A 21/10/2009, o requerente solicita o pedido de emissão do alvará de obras, sendo emitido o alvará n.º 387/2009 com a validade de 12 meses, de 29/10/2009 a 02/11/2010--------- 5. A 18/07/2010, o requerente solicita a primeira prorrogação da licença nos termos do n.º 5 do art.º 58 do RJUE por mais 1 ano. A Fiscalização informa a 29/10/2010: "A obra encontra-se com os cabouços e com as sapatas cheias.". O pedido é deferido por despacho do Sr. Vice-Presidente Nazareno Carmo a 05/11/2010, apenas por mais 6 meses, uma vez que a lei apenas prevê que a prorrogação seja por metade da licença inicial. O deferimento é comunicado pelo oficio n.º 13947 de 15/11/2010, tendo pago o valor de 61,92€, sendo a licença prorrogada até 03/05/2011. ---- Caducidade da Licença: ---------- 6. A 04/05/2011, expirou o prazo da licença n.º 387/2009, após terminar o prazo da primeira prorrogação. --------- 7. Não foi solicita a segunda prorrogação nos termos do n.º 5 do art-º 58 do RJUE. ---- 8. Nos termos da alínea d) do n.º 3 do art.º 71.º do RJUE, a licença para as operações urbanísticas referidas nas alíneas b) a e) do n.º 2 do RJUE caducam se as obras não forem concluídas no prazo fixado na licença, ou suas prorrogações, contando partir da data de emissão do alvará. --------- 9. Não foi declarada a caducidade da licença nos termos da alínea d) do n.º 3 do art.º 71 do RJUE. ---------- 10. A 22/12/2018 é solicitado informação á Fiscalização no SGD 23851/2007, para que informe se as obras foram executadas, tendo os mesmos informado a 05/02/2019: "A obra referente à licença n.º 387/2009, não foi iniciada", tendo anexado fotografia,

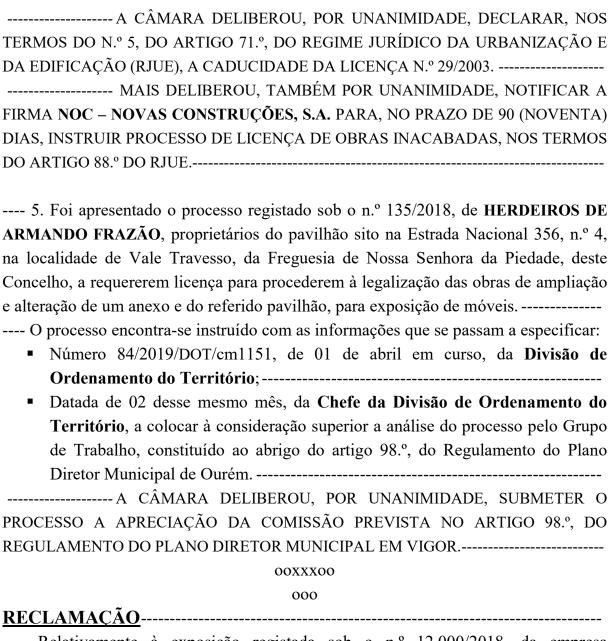


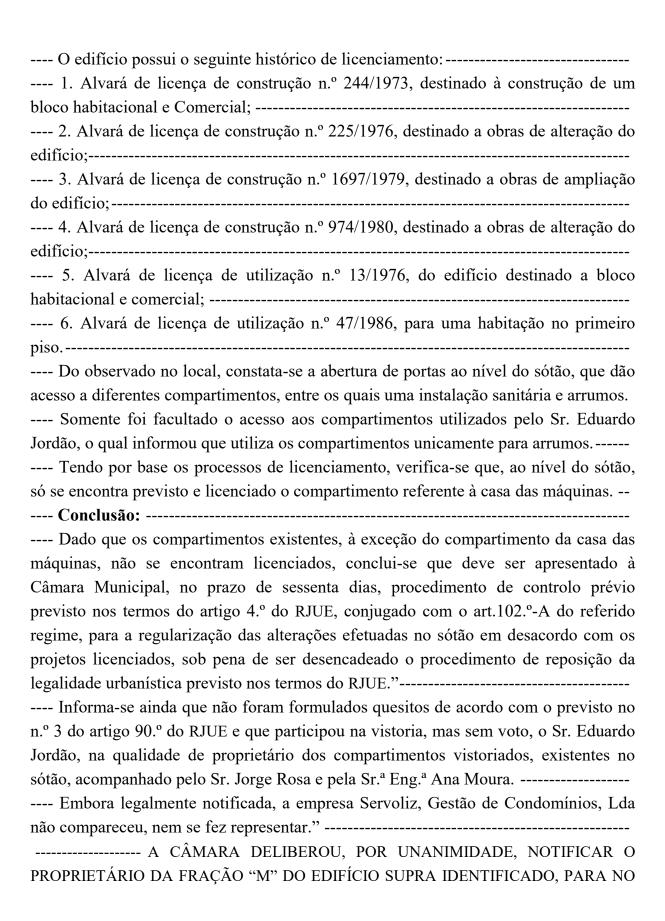
---- Conclusão: ------

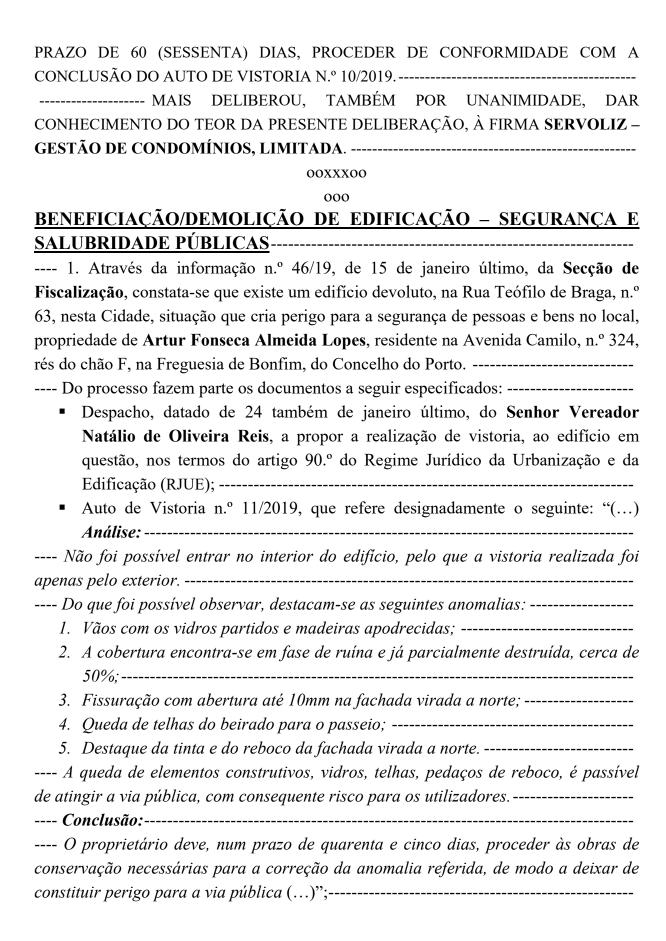




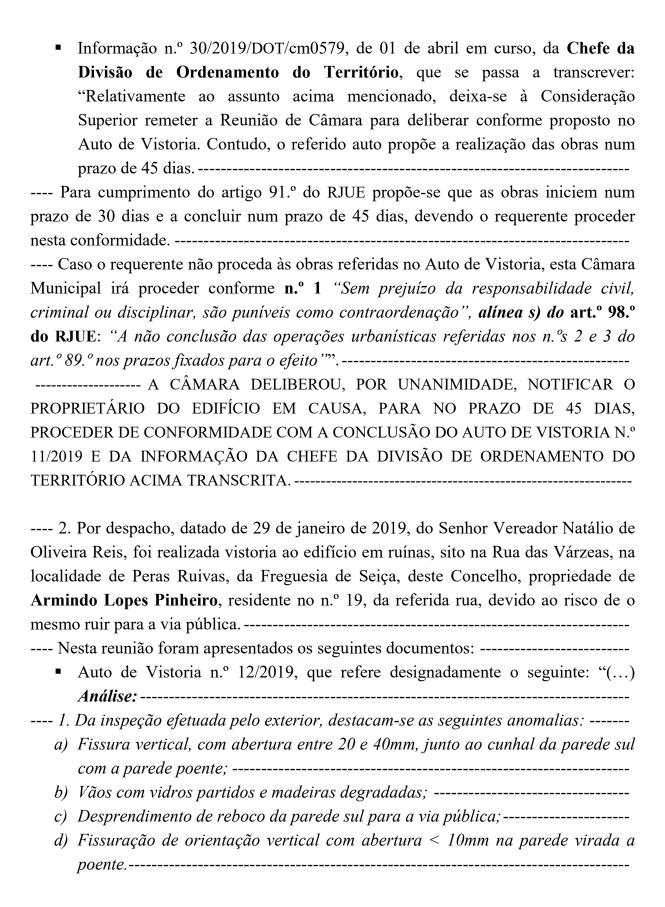


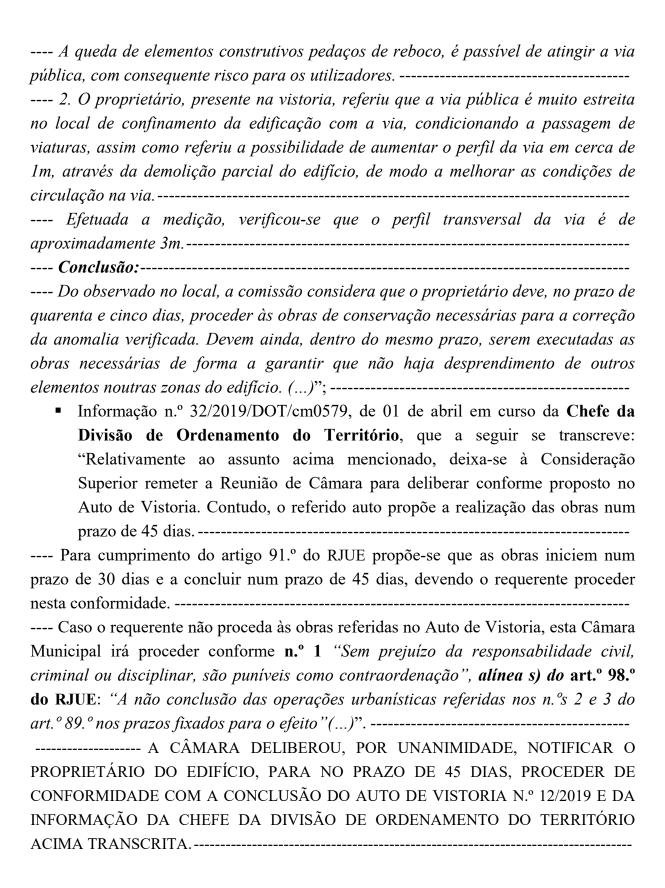




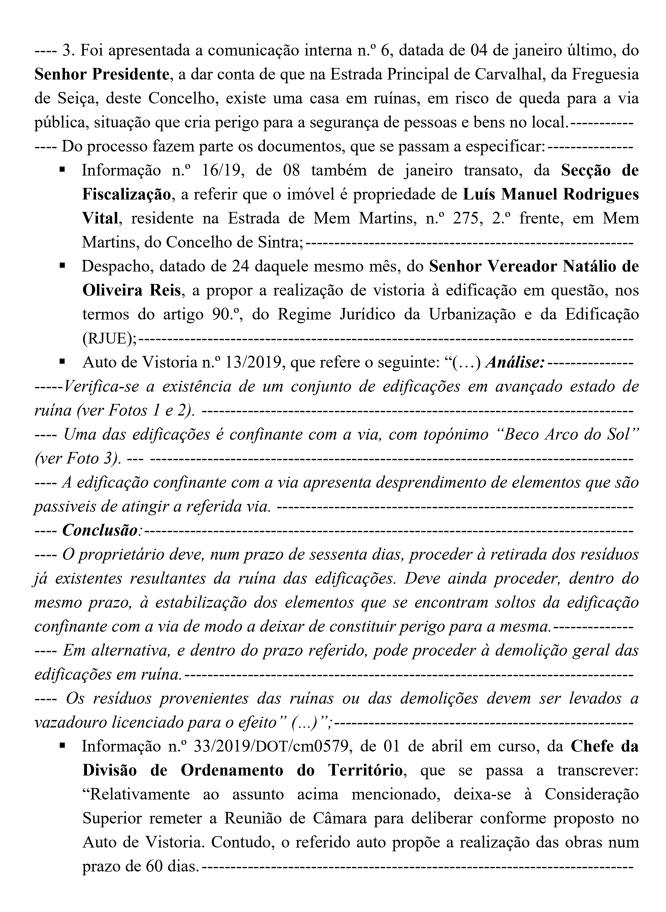


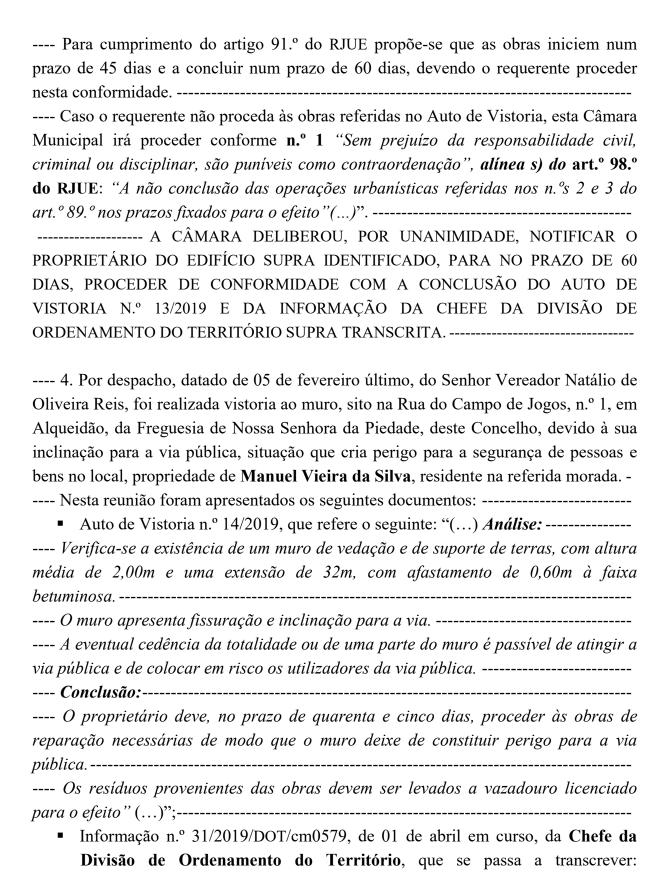




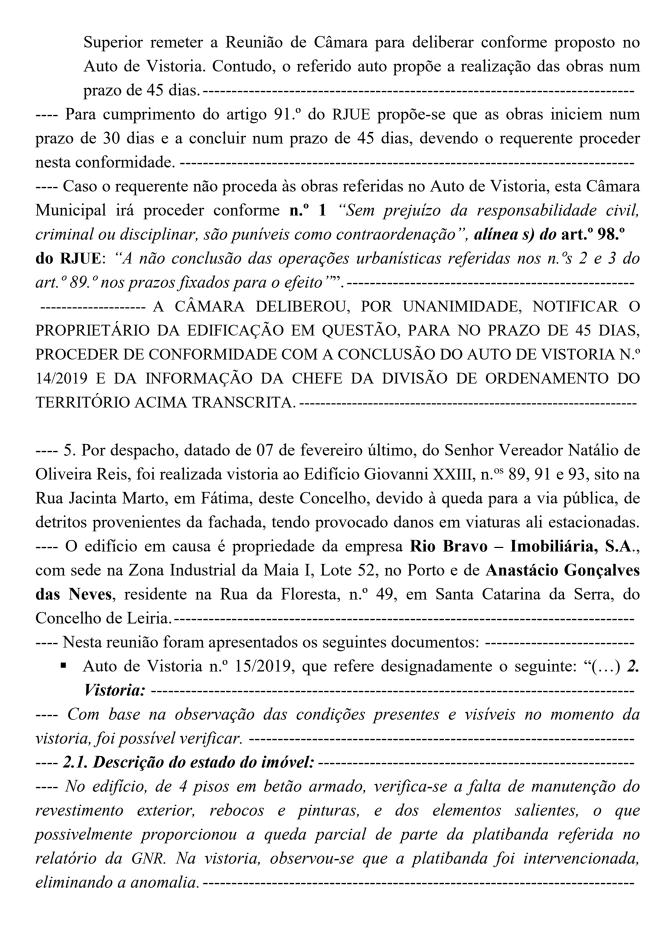


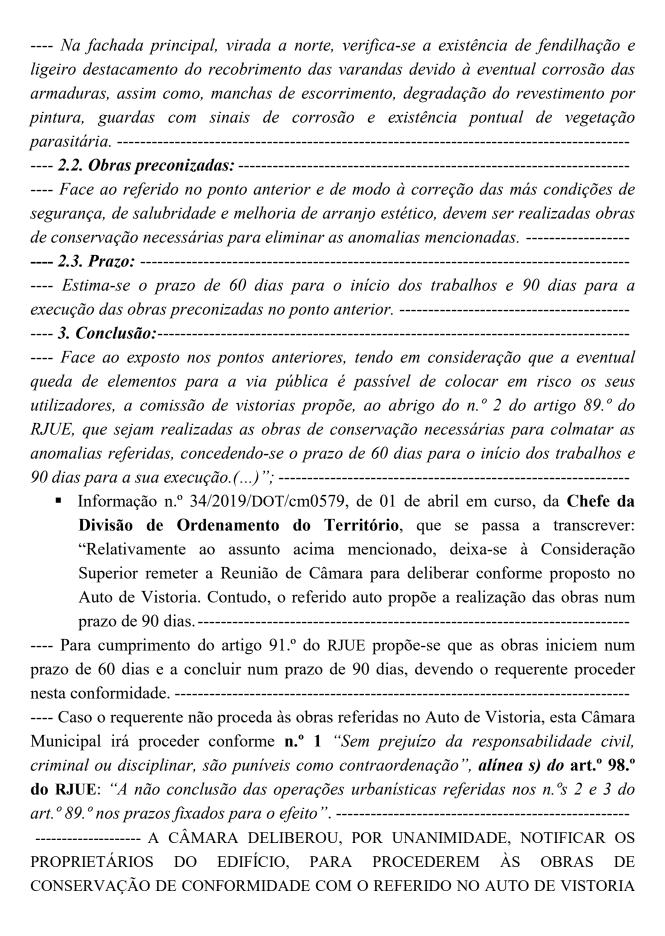






"Relativamente ao assunto acima mencionado, deixa-se à Consideração

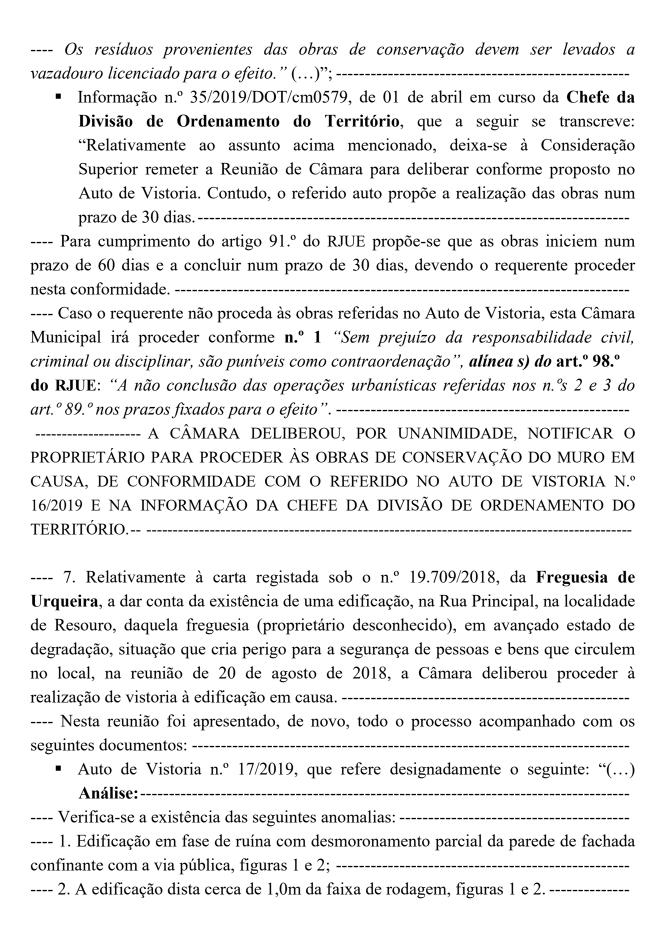


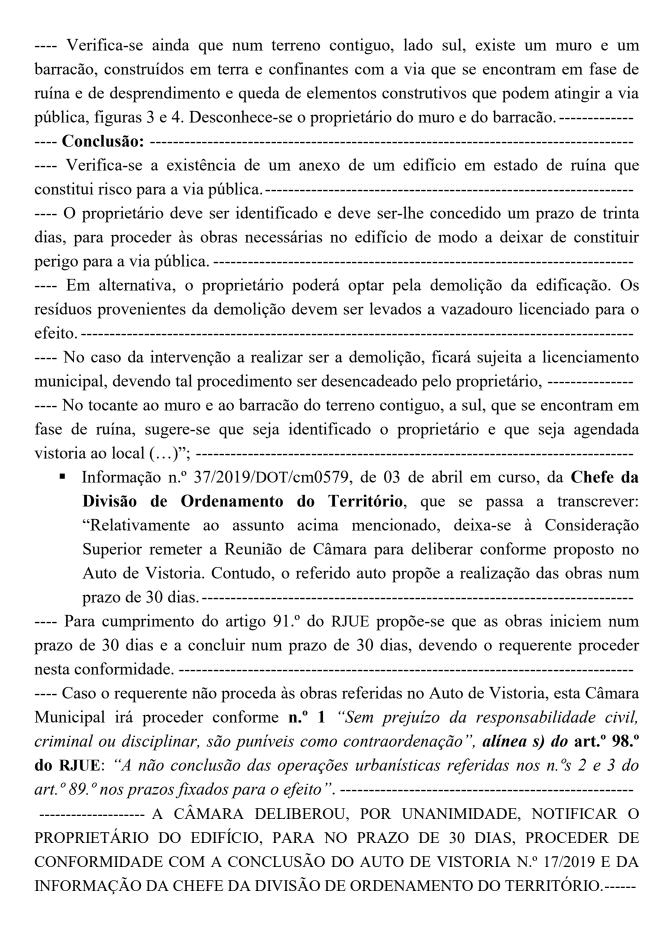




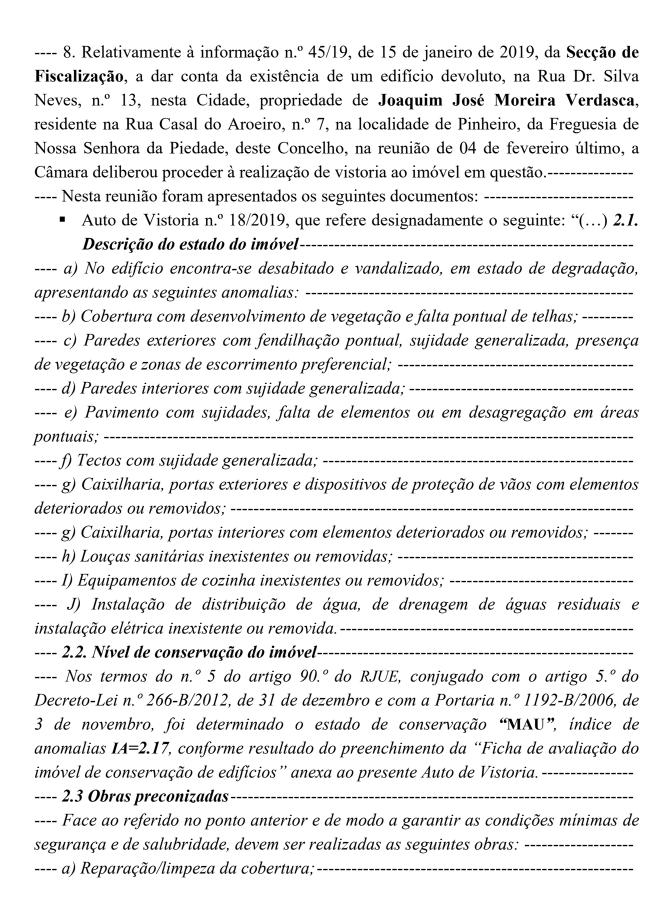
N.º 15/2019 E NA INFORMAÇÃO DA CHEFE DA DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
6. Por despacho, datado de 21 de fevereiro último, do Senhor Vereador Natálio de
Oliveira Reis, foi realizada vistoria ao muro de vedação, propriedade do Colégio
Sagrado Coração de Maria, sito na Rua Jacinta Marto, n.º 40, em Fátima, deste
Concelho, por apresentar fissuras provocadas pela existência de uma árvore
Nesta reunião foram apresentados os documentos que a seguir se especificam:
• Auto de Vistoria n.º 16/2019, que refere designadamente o seguinte: "() 2.1.
Descrição do estado do muro:
O muro de suporte de terras do Colégio Sagrado Coração de Maria encontra-se,
na sua generalidade, em bom estado de conservação. Pontualmente, na zona do
gaveto entre a Rua e a Travessa Jacinta Marto, verifica-se a existência de fissuras
com maior expressão:
- O paramento virado a sul (Rua Jacinta Marto), com 2,50 metros de altura, apresenta
uma fissura em toda a sua altura, com uma inclinação aproximada de 60° e cuja
abertura máxima é de 1 cm;
- O paramento virado a Nascente (Travessa Jacinta Marto), com 2,30 e 2,40 metros
de altura, apresenta duas fissuras verticais com altura inferior a 2,00 metros e cuja
abertura é inferior a 0,5 cm
- No paramento interior do muro, verifica-se a existência das mesmas fissuras,
podendo-se concluir que as fissuras se estendem por toda a espessura do muro
O muro de suporte de terras não apresenta deformação visível
2.2. Obras preconizadas:
Face ao referido no ponto anterior, devem ser realizadas as obras necessárias
para eliminar estruturalmente as fissuras existentes
Deve ainda proceder-se à monitorização do movimento do muro, da reabertura ou
aumento das fissuras descritas e da abertura de novas fissuras
2.3. Prazo:
Estima-se o prazo de 60 dias para o início dos trabalhos e 30 dias para a
execução das obras preconizadas no ponto anterior
3. Conclusão:
Face ao exposto nos pontos anteriores, a comissão de vistorias propõe, ao abrigo
do n.º 2 do artigo 89.º do RJUE, que sejam realizadas as obras necessárias para
colmatar as anomalias referidas, concedendo o prazo de 60 dias para o início dos
trabalhos e 30 dias para a sua execução

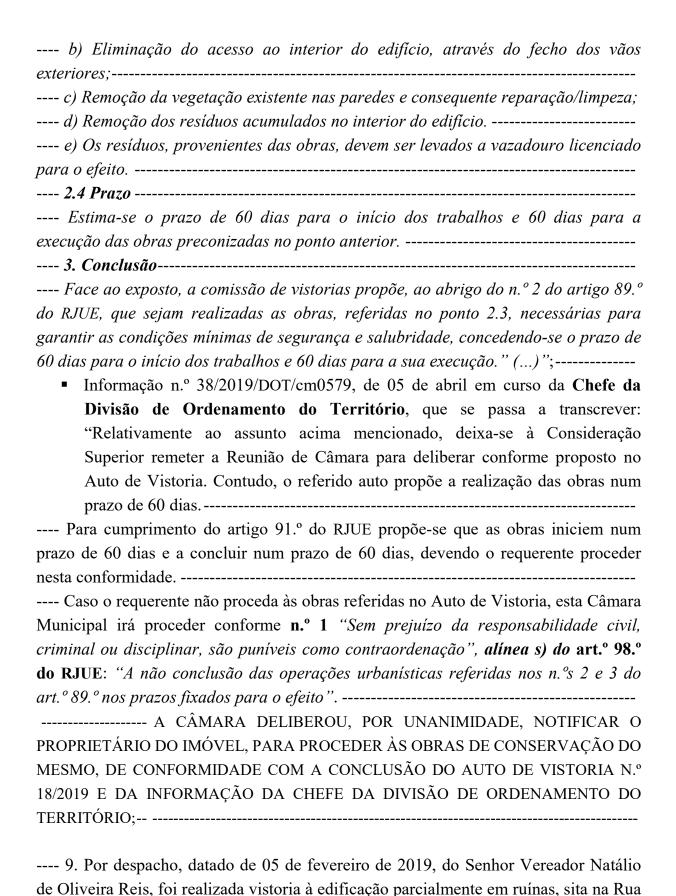




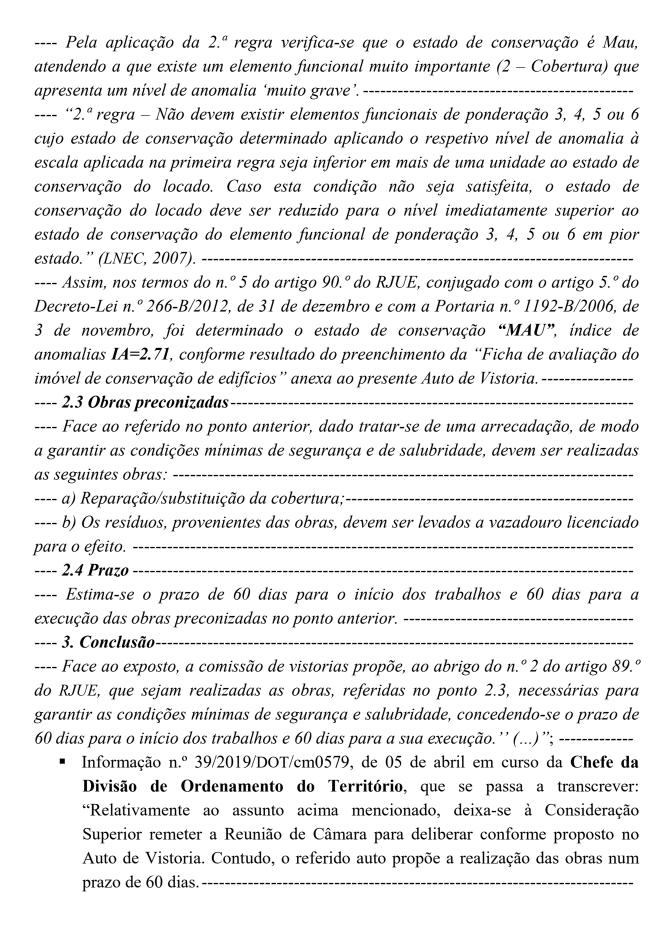


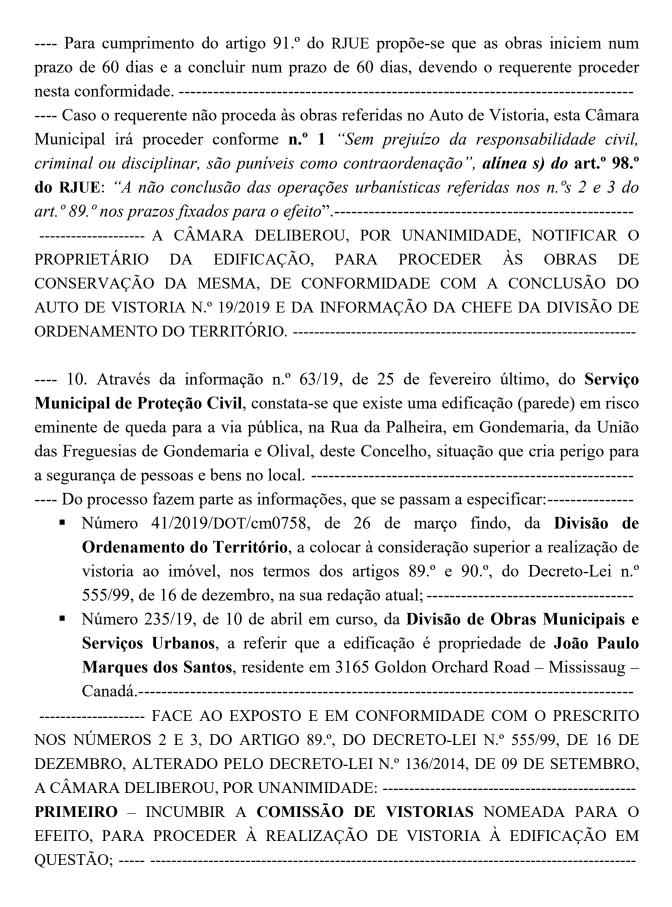


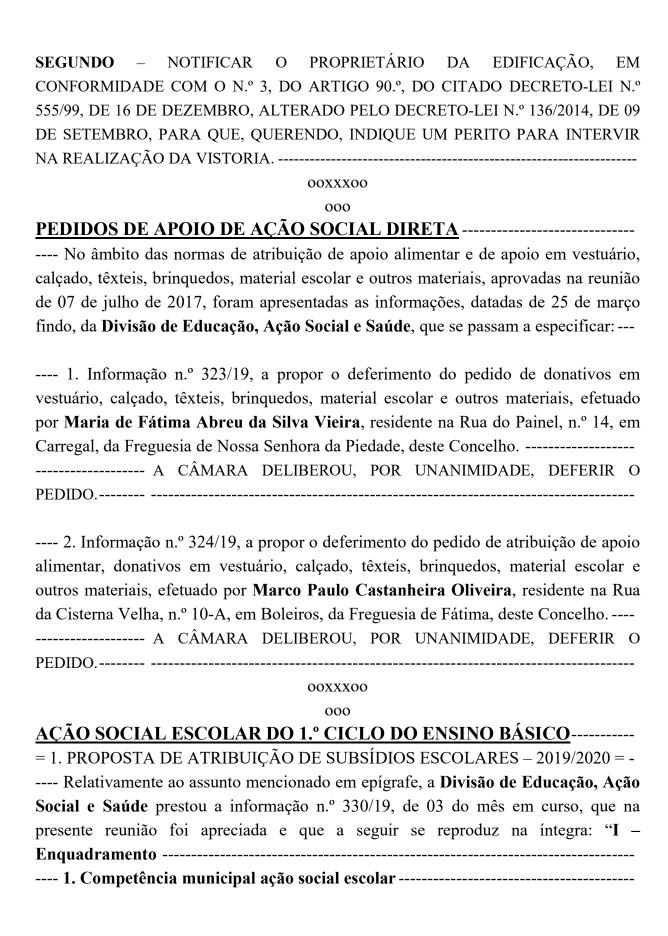




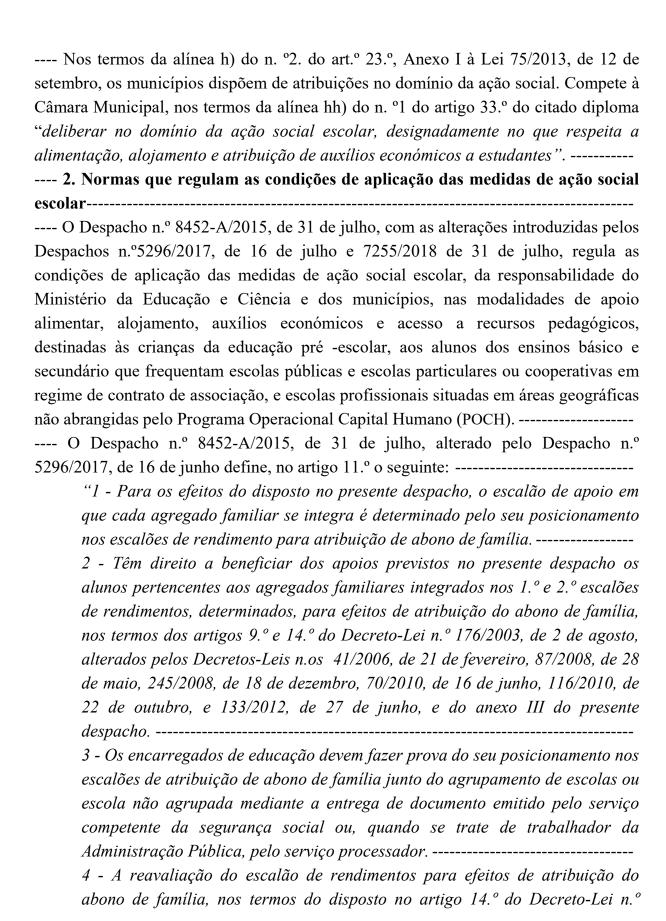
Principal, n.º 43, em Vale Travesso, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, deste Concelho, propriedade de Manuel Marques Ferreira, residente no n.º 42, da referida rua, devido ao risco de o mesmo ruir para a via pública.--------- Nesta reunião foram apresentados os documentos que se passam a especificar:----Auto de Vistoria n.º 19/2019, que refere designadamente o seguinte: "(...) 2.1. Descrição do estado do imóvel--------- No edificio, destinado a arrecadação, apresenta as seguintes anomalias: ---------- a) Cobertura com colapso parcial da estrutura de suporte e quebra pontual de telhas, comprometendo a estanquidade à água; --------- b) Estrutura com desagregação localizada de elementos (visível no interior), não comprometendo a sua estabilidade; --------- c) Paredes exteriores com sujidade generalizada, revestimento desagregado por ação do rebaixamento da estrada; ---------- d) Paredes interiores com diversidade de revestimentos, com manchas de sujidade e variações de cor ou textura; ---------- e) Pavimento com diversidade de revestimentos, com sujidade e alteração de cor ou textura; --------- f) Portão metálico exterior com corrosão generalizada;--------- g) Porta interiores inexistentes ou com destacamento generalizado do revestimento por pintura;---------- h) Instalação de distribuição de água, rede de drenagem de águas residuais e instalação elétrica inexistente ou removida;--------- 2.2. Nível de conservação do imóvel--------- Efetuado o preenchimento da ficha e aplicando a 1.ª Regra verifica-se que o indice de anomalias IA é de 2.71, situando, 3.50 > IA > = 2.50, correspondendo ao estado de conservação Médio. ---------- "1.ª Regra – O estado de conservação do locado deve ser determinado classificando o índice de anomalias do locado segundo a escala representada no quadro seguinte:" (LNEC, 2007). ------Quadro 1 – Escala de anomalias (LNEC, 2007) Nível de anomalia Ligeiras Médias Graves Muito ligeiras Muito graves $5,00 \ge IA \ge 4,50$ $2,50 \ge IA \ge 1,50$ $1,50 \ge IA \ge 1,00$ $4,50 > IA \ge 3,50$ $3,50 > IA \ge 2,50$ Índice de anomalias Estado de conservação Excelente Bom Médio Mau Péssimo Nível de conservação



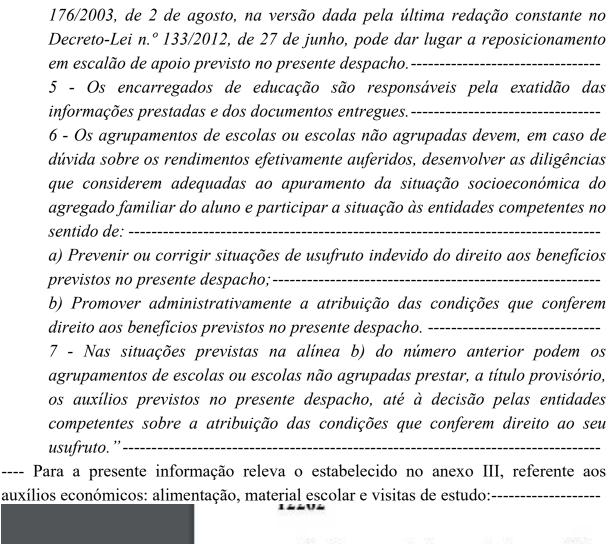










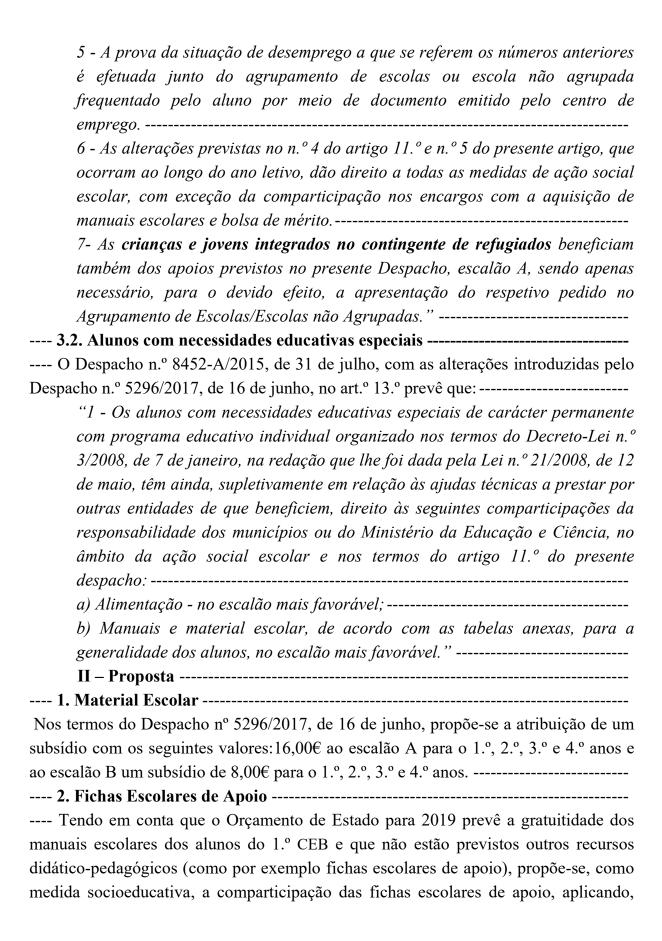


2 — O processamento do pagamento, da responsabilida -Geral dos Estabelecimentos Escolares, é efetuado med informação por parte dos estabelecimentos de ensino indicando os alunos participantes bem como o valor assoc de estudo, até ao início de cada período letivo subseque

In our or references as a M.4 o E do artisa 7.0 o 7

---- Nos termos do n. °1 do art.° 194.° da Lei n.° 71/2018, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2019), "É alargado o regime de gratuitidade dos manuais escolares previsto no artigo 127.° da Lei n.° 7-A/2016, de 30 de março, e no artigo 156.° da Lei n.° 42/2016, de 28 de dezembro e 170° da Lei n° 114/2017, de 29 de dezembro, com a distribuição gratuita dos manuais escolares, no início do ano letivo

de 2019/2020, a todos os alunos que frequentam a escolaridade obrigatória na red
pública do Ministério e Educação''
Deste modo, o Município não tem encargos com esta matéria. Resta-lhe a
responsabilidades com material escolar e visitas de estudo
3. Situações específicas
3.1. Alunos oriundos de agregados familiares que se encontram em Portuga
em situação de ilegalidade, matriculados condicionalmente que se e d
desempregados involuntariamente há mais de três meses e crianças e joven
integrados no contingente de refugiados
O Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho, com as alterações introduzidas pelo
Despacho n.º 5296/2017, de 16 de junho, no art.º 12.º prevê situações excecionais de
atribuição dos apoios acima referidos, designadamente:
"1 - Têm ainda direito a beneficiar dos apoios previstos no presente despacho
através da aplicação do disposto no anexo III, os alunos oriundos d
agregados familiares que se encontram em Portugal em situação d
ilegalidade, matriculados condicionalmente, desde que, através dos recibos d
vencimentos, comprovem que se encontram nas condições de ser integrados no
escalões 1 ou 2 do abono de família
2 - No cálculo da capitação dos agregados familiares a que se refere o número
anterior, aplica-se o modelo utilizado para a determinação do escalão do
abono de família, designadamente os artigos 9.º e 14.º do Decreto-Lei n.
176/2003, de 2 de agosto, com as alterações entretanto introduzidas
3 - Os alunos oriundos de agregados familiares posicionados, de acordo con
as regras previstas no artigo anterior, no escalão de apoio B, em que um do
progenitores se encontre na situação de desemprego involuntário há três o
mais meses, são, sem prejuízo dos requisitos de prova exigidos, reposicionado
no escalão de apoio A enquanto durar essa situação
4 - Para aplicação do disposto no número anterior, considera-se na situação d
desemprego:
a) Quem, tendo sido trabalhador por conta de outrem, se encontr
desempregado e inscrito como tal no respetivo centro de emprego ho
pelo menos três meses;
b) Quem, tendo sido trabalhador por conta própria e se encontre inscrito
no respetivo centro de emprego nas condições referidas na alíneo
anterior, prove ter tido e ter cessado a respetiva atividade há pelo meno
três meses





por analogia, as normas que regulam as condições de aplicação das medidas de ação social escolar, nos seguintes termos:-----

- a) 100 % do valor das fichas escolares de apoio para alunos com escalão A; ----
- b) 50% do valor das fichas escolares de apoio para alunos com escalão B;------
- c) 100% ou 50%, mediante a prova do posicionamento do escalão A e B, para alunos oriundos de agregados familiares que se encontram em Portugal em situação de ilegalidade, matriculados condicionalmente; ------
- e) 100 % do valor das fichas escolares de apoio para crianças integradas no contingente de refugiados.-----
- f) 100% do valor das fichas escolares de apoio para alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente com programa educativo individual. -----

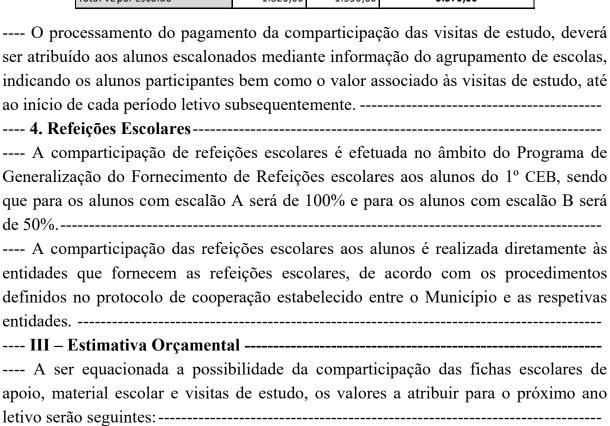
Escalão	Capacitação	Fichas escolares de apoio			
		1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano
Escalão A	Escalão 1 do abono de família	25,82 €	27,85 €	37,66 €	41,50 €
Escalão B	Escalão 2 do abono de família	12,91 €	13,92 €	18,83 €	20,75 €

---- 3. Visitas de Estudo------

---- Nos termos do Despacho nº 5296/2017 de 16 de junho e Despacho nº 7255/2018 de 31 de junho, está prevista a comparticipação das vistas de estudo programadas no âmbito das atividades curriculares aos alunos que estejam abrangidos pelos escalões A e B, anualmente no valor de: 20,00€ ao escalão A para o 1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos e ao escalão B um subsídio de 10,00€ para o 1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos. (limite máximo anual). - ---- Conforme procedimento adotado em anos transatos, o Município oferece a todas as crianças do concelho, integradas no ensino pré-escolar e 1.º CEB uma viagem para



Visitas de Estudo (VE)	Escalão A	Escalão B		
N.º alunos estimados	182	310	Valor total das visitas de estudo	
valor unitário visitas de estudo	10,00€	5,00€		
Total VE por escalão	1.820,00	1.550,00	3.370,00	

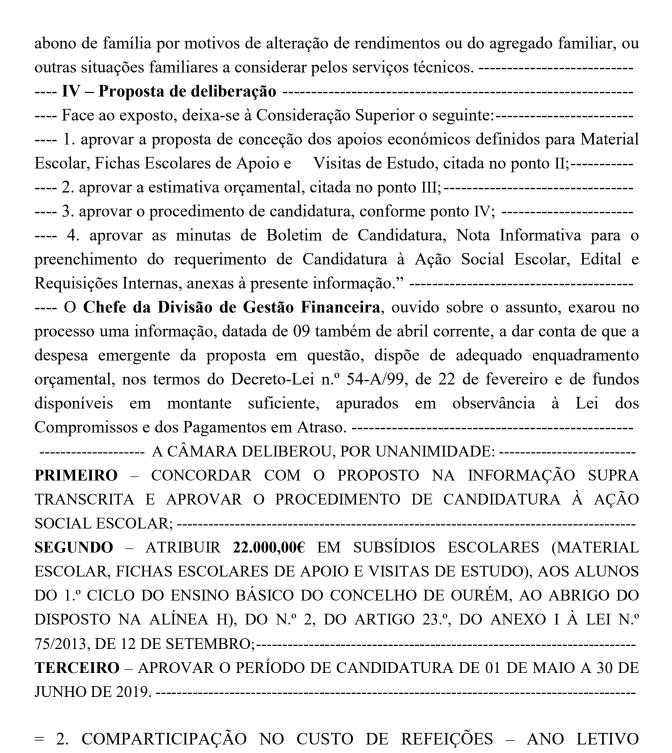




Ano escolar	Tipologia apoios/candidaturas	Escalão A	Escalão B	Total
	N.º de Candidaturas	38	72	110
	Fichas escolares de apoio	25,82 €	12,91 €	1 910,68 €
1º ano	Material escolar	16,00 €	8,00€	1 184,00 €
	Visitas de estudo	10,00€	5,00€	740,00 €
	Subtotal (€)	51,82€	25,91 €	3 834,68 €
	N.º de Candidaturas	46	70	116
	Fichas escolares de apoio	27,85 €	13,92 €	2 255,50 €
2.º ano	Material escolar	16,00 €	8,00€	1 296,00 €
	Visitas de estudo	10,00 €	5,00 €	810,00 €
	Subtotal (€)	53,85€	26,92€	4 361,50 €
	N.º de Candidaturas	40	91	131
	Fichas escolares de apoio	37,66 €	18,83 €	3 219,93 €
3.º ano	Material escolar	16,00 €	8,00€	1 368,00 €
	Visitas de estudo	10,00€	5,00€	855,00 €
	Subtotal (€)	63,66 €	31,83€	5 442,93 €
	N.º de Candidaturas	58	77	135
	Fichas escolares de apoio	41,50 €	20,75€	4 004,75 €
4.º ano	Material escolar	16,00 €	8,00€	1 544,00 €
	Visitas de estudo	10,00€	5,00€	965,00 €
	Subtotal (€)	67,50€	33,75€	6 513,75 €
Total	Candidaturas			492
Iolai	Fichas escolares apoio/Materi	20 152,86 €		

---- Salvaguarda-se que a presente proposta poderá sofrer alterações em função das orientações legislativas do Ministério da Educação ou circunstâncias supervenientes. ----- Considerando o número de candidaturas analisadas no ano transato, estima-se que seja necessário o cabimento de 22.000,00€ (valor estimado) para atribuição de subsídios escolares referentes ao ano letivo 2019/2020 (fichas de apoio escolar + material escolar +visitas de estudo). --------- De acordo com o procedimento adotado nos anos anteriores, propõe-se que a verba seja atribuída aos Agrupamentos de Escolas, destinando-se única e exclusivamente ao pagamento dos subsídios escolares dos alunos do 1º CEB para o próximo ano letivo, cf. estimativa orçamental, no valor global que se especifica por agrupamento: ------- Agrupamento de Escolas de Ourém: 11.000,00€------- Agrupamento de Escolas Conde de Ourém: 8.000,00€------ Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão: 3.000,00€--------- IV - Procedimento de candidatura--------- 1.Prazo de Candidatura: --------- De 1 de maio a 30 de junho de 2019 --------- 2.Disponibilização do boletim de candidatura: ------ nos Agrupamentos de Escolas/Estabelecimentos de Ensino; -----

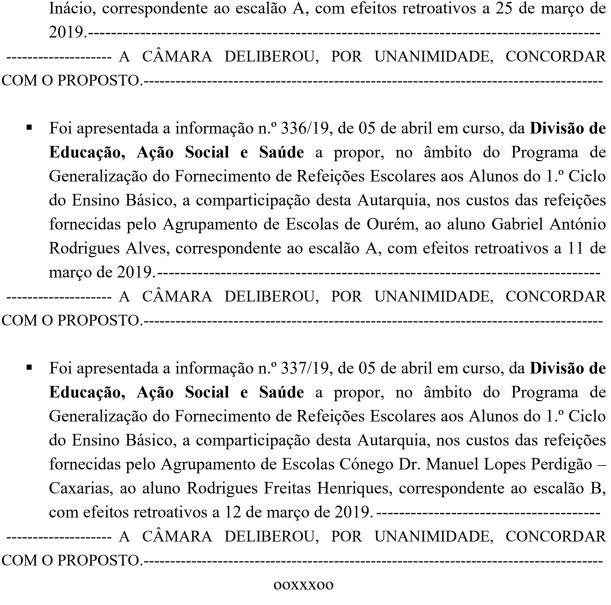
-na DEASS;
-no Portal do Município (www.ourem.pt) em Áreas de Ação /Intervenção Social e
Educação/Educação/Ação Social Escolar
3.Locais/Prazos de apresentação das candidaturas:
- nos Agrupamentos de Escolas, de 1 de maio a 21 de junho de 2019;
- na Câmara Municipal de Ourém, nos serviços da DEASS, de 1 de junho a 30 de junho
<u>de 2019</u> ;
- no Portal do Município (www.ourem.pt), nos Serviços Online na Plataforma SIGA-
Sistema Integrado de Aprendizagem (www.siga1.edubox.pt , no menu de
Candidaturas), de 1 de junho a 30 de junho de 2019
Para aceder a esta plataforma, os candidatos interessados deverão solicitar o
respetivo código de acesso, através do endereço eletrónico (educacao@mail.cm-
ourem.pt), com indicação do nome completo do aluno, Escola e Agrupamento
respetivo, ano de escolaridade, número identificação fiscal do aluno e contacto
telefónico do Encarregado de Educação, ou presencialmente nos <u>serviços da DEASS</u>
4. Análise dos processos de candidatura
- de 1 de julho a 31 de julho de 2019
5.Divulgação dos resultados
- a divulgação dos resultados, através de comunicação escrita aos encarregados de
educação, aos agrupamentos de escolas e entidades gestoras de refeições, até 15 de
setembro de 2019
Os encarregados de educação deverão ser informados através de comunicação
escrita da tomada de decisão final, devendo ainda ser informados do direito de
audiência dos interessados, nos termos do código do Procedimento administrativo
Propõe-se ainda que a divulgação do procedimento de candidatura seja efetuada
sob a forma de Edital e afixado nos lugares públicos de estilo, no portal do Município
e nos Jornais Locais.
Relativamente à apresentação de candidaturas extemporâneas, excecionalmente
podem ser apresentadas as candidaturas ao longo do ano letivo, apenas para alunos nas
situações de:
-nova residência no concelho;
-transferência de estabelecimento de ensino;
- institucionalização
Durante o ano letivo os/as encarregados/as de educação, podem solicitar
reavaliação do Escalão atribuído, sem efeitos retroativos, por escrito, devidamente
fundamentado e documentado, desde que tenha havido modificação do escalão de



Foi apresentada a informação n.º 335/19, de 05 de abril em curso, da **Divisão de Educação**, **Ação Social e Saúde** a propor, no âmbito do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, a comparticipação desta Autarquia, nos custos das refeições fornecidas pelo Agrupamento de Escolas de Ourém, à aluna Filipa Henriques

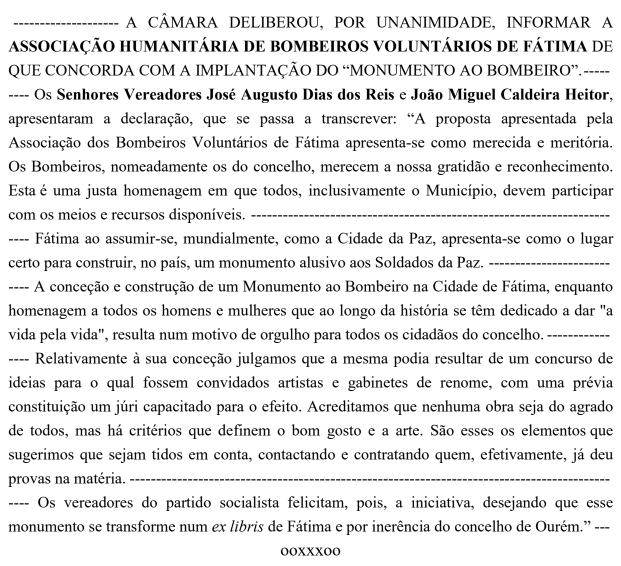
2018/2019 = ------





PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DE UM "MONUMENTO AO BOMBEIRO" EM FÁTIMA-----





COMEMORAÇÃO DO 40.º ANIVERSÁRIO DA FANFARRA DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OURÉM------

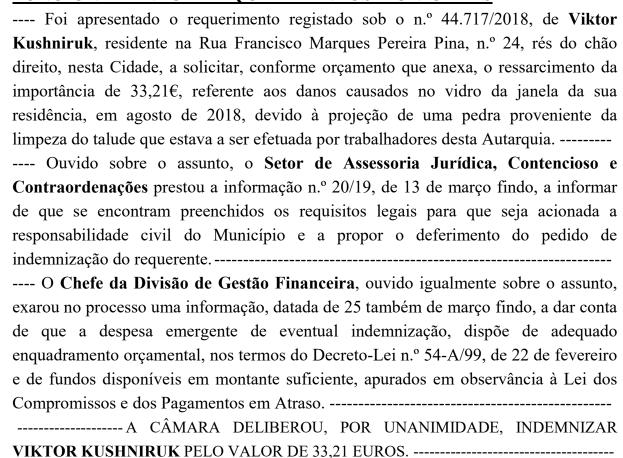
SENHOR CHEFE DO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA. ------



ooxxxoo

000

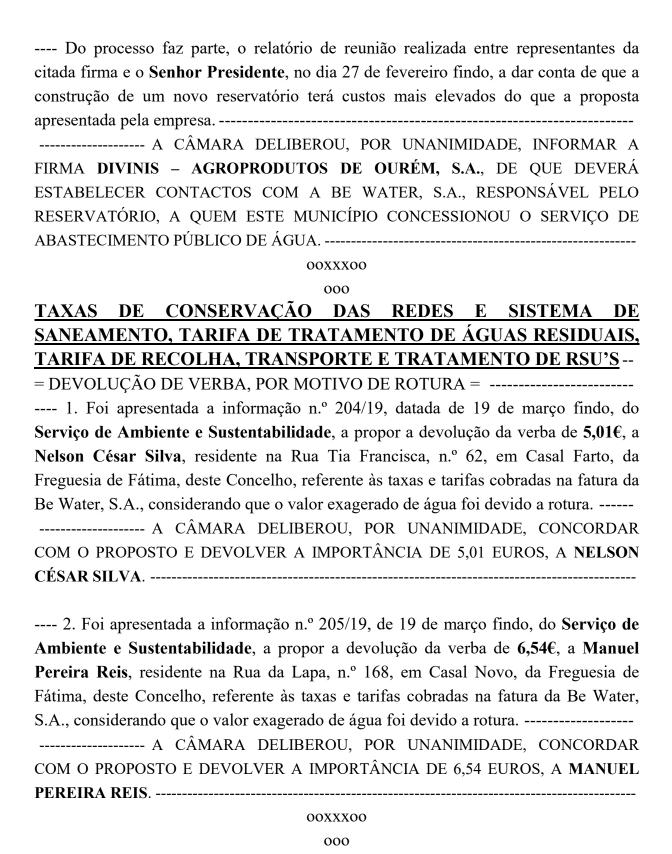
PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS PELO FUNCIONAMENTO DE EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS -----



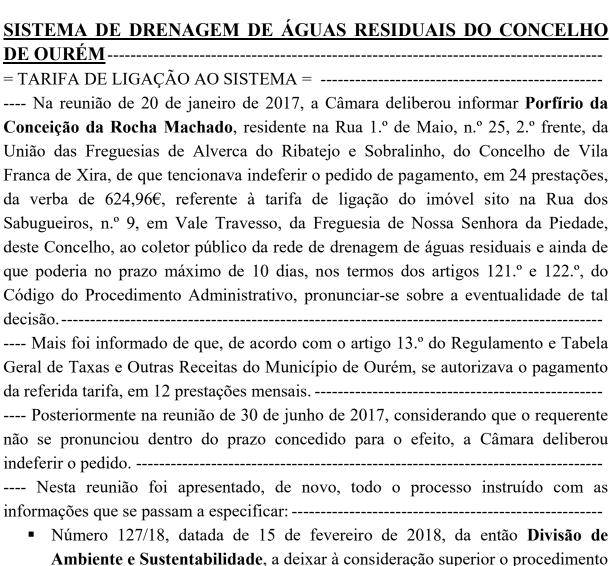
ooxxxoo

000

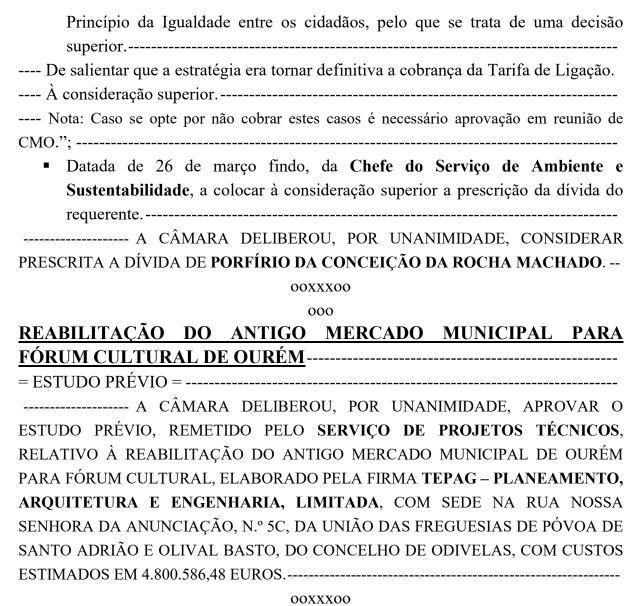
ALTERAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO DO RESERVATÓRIO DE ABASTECIMENTO DE PÚBLICO DE ÁGUA DE CASAL DOS FRADES – FREGUESIA DE SEIÇA ------







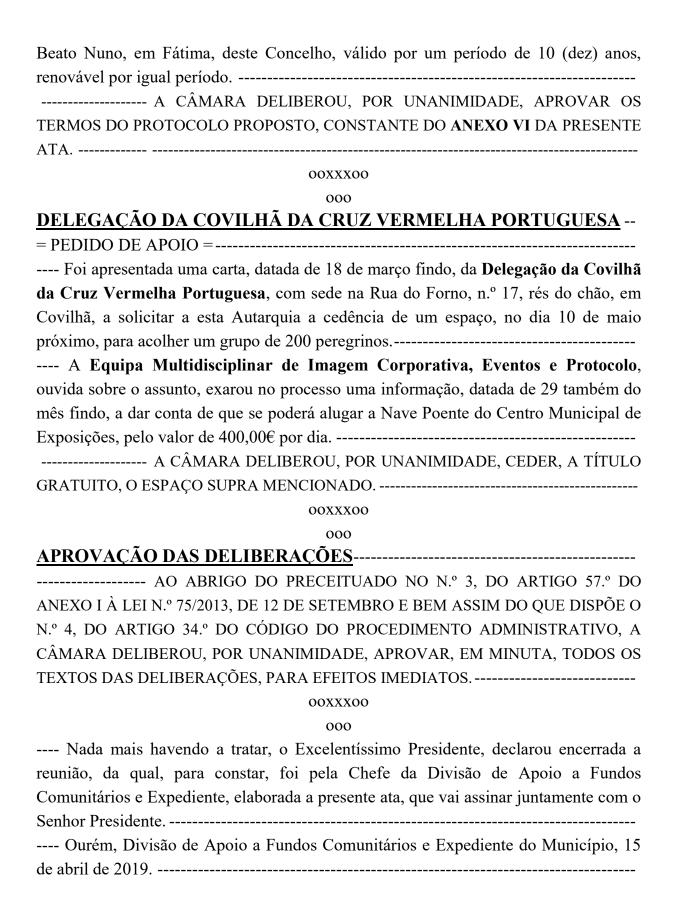
- Datada de 24 de abril de 2018, da Chefe da então Divisão de Ambiente e Sustentabilidade, que se passa a transcrever: "Face ao parecer jurídico pode-se cobrar, pois a isenção é apenas para o ano de 2018. Porém, esta situação viola o



000

<u>CEDÊNCIA DAS INSTALAÇÕES DO ANTIGO SEMINÁRIO</u> <u>MONFORTINO – FÁTIMA</u> ------

---- Através da informação n.º 93/19, de 09 de abril corrente, a Chefe do Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude colocou à consideração superior proposta de protocolo de colaboração a celebrar com a INSIGNARE – Associação de Ensino e Formação (com sede no Edifício Paço do Conde, na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, nesta Cidade) e o Conservatório de Música e Artes do Centro (com sede na Avenida D. Nuno Álvares Pereira, n.º 11, também nesta Cidade), com o objetivo de estabelecer as condições de cedência de espaços no antigo Seminário Monfortino, sito na Avenida





O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

A CHEFE DA DIVISÃO DE APOIO A FUNDOS COMUNITÁRIOS E EXPEDIENTE,



ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 15/04/2019

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

1. PRESIDÊNCIA

1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2018.07.16;
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos;
- = Aprovação de atas Reunião de Câmara de 01 de abril de 2019.

1.2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

- = Proposta de revisão do regulamento de atribuição de bolsas de estudo a estudantes universitários Informação n.º 17/19, de 08 do corrente mês, do Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP);
- = Orçamento Participativo de Ourém 2019 Proposta de alteração do cronograma Informação n.º 18/19, datada de 10 do corrente mês, do Chefe do GAP;
- = Descentralização administrativa na área da Saúde Informação n.º 19/19, de 10 de abril em curso, do Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência.

1.3. GABINETE DE APOIO À VEREAÇÃO

= Fátiparques – Parques de Negócios Ourém/Fátima, S.A. – Proposta de aquisição de ações e dissolução – Informação n.º 15/19, de 10 do corrente mês, do Senhor Vereador Natálio de Oliveira Reis.

1.4. SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

- = Proposta de protocolo com a Freguesia de Urqueira Informação n.º 74/19, de 12 de março findo, do Serviço Municipal de Proteção Civil;
- = Autorização prévia para ações de (re)arborização:
 - 1. Carta registada sob o n.º 11.262/2019, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de António Amílcar Pereira Lopes;
 - 2. Carta registada sob o n.º 11.264/2019, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Rosa Marques Mendes;
 - 3. Carta registada sob o n.º 11.265/2019, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Carlos Alberto Pereira Vieira;
 - 4. Carta registada sob o n.º 11.266/2019, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Armindo dos Santos e Silva;
 - 5. Carta registada sob o n.º 11.267/2019, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Luís Rodrigues Mónico;
 - 6. Carta registada sob o n.º 11.269/2019, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Adélio Gomes Gonçalves.



2. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

- = Relatório de gestão e prestação de contas do Município referentes ao ano económico de 2018 Apreciação do relatório referente ao exercício de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2018;
- = 1.ª Revisão orçamental Ano económico de 2019 Informação n.º 35/19, datada de 09 abril em curso, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira (DGF);
- = Propostas de protocolos:
 - 1. Grupo de Atletismo de Fátima –Informação n.º 29/19, de 19 de março findo, do Chefe da DGF;
 - 2. ACISO Associação Empresarial Ourém-Fátima Informação n.º 36/19, de 09 de abril em curso, Chefe da DGF.

2.1. SETOR DE CONTABILIDADE

= Ourémviva – Gestão de Eventos, Serviços e Equipamentos, E.M., S.A. – Encerramento da liquidação – Informação n.º 18/19, de 25 de março findo, do Setor de Contabilidade.

2.2. SETOR DE PATRIMÓNIO

- = Construção do Pavilhão Gimnodesportivo de Olival Encerramento do imobilizado Informação n.º 30, datada de 21 do mês findo, do Setor de Património (SP);
- = Zona Industrial de Ourém Casal dos Frades Seiça:
 - 1. Alienação dos Lotes C e D Informação n.º 98/19, de 08 de abril corrente, do SP;
 - 2. Alienação de parcelas de terreno:
 - Informação n.º 99/19, de 08 do corrente mês, do SP;
 - Informação n.º 100/99, de 08 do corrente mês, do SP;
 - Informação n.º 101/99, de 08 de abril em curso, do SP;
 - 3. Lote n.º 20 Informação n.º 102/19, de 10 do mês em curso, do SP.

2.3. SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

- = Listagem de Ajustes Diretos Simplificados Março de 2019 Informação n.º 136/19, de 02 do corrente mês, do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento (SCPA);
- = P181/2017 Fornecimento com transporte de gasóleo rodoviário para garantir a operacionalidade das viaturas e equipamentos municipais durante o ano 2018 e até ao limite de 145.000,00€ Libertação de garantia bancária Informação n.º 125/19, de 25 de março findo, do SCPA;
- = P012/2019 Aquisição de serviços de seguros para o período de 01/07/2019 a 30/06/2021 Ata n.º 1, datada de 27 de março de 2019, do Júri.

3. DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E SERVIÇOS URBANOS

- = P148/2017 Redes de drenagem de águas residuais na Freguesia de Fátima Casa Velha, Eira da Pedra e Fátima Antiga Subcontratação de empreiteiro Informação n.º 167/19, datada de 07 de março findo, da Divião de Obras Municipais e Serviços Urbanos (DOMSU); = Pedidos de materiais:
 - 1. Ofício n.º 30/2019, datado de 06 de fevereiro transato, da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, a anexar pedido de António Pedro Aquino Vieira;
 - 2. Ofício n.º 38/2019, datado de 21 de fevereiro transato, da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, a anexar pedido de Paulo Ricardo Pereira Reis;
- = Propostas de Protocolos de Colaboração "Viver + Saudável Desporto Sénior" Informação n.º 216/19, datada de 08 de abril em curso, da DOMSU.



4. DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

- = Licenciamentos de obras particulares:
 - Processo registado sob o n.º 1598/2000, da firma Imobiliária Ideal de Vilar, Limitada (Virgílio Reis Faria), instruído com a informação n.º 197/2018/DOT/cm0650, de 13 de dezembro de 2018, da Divisão de Ordenamento do Território (DOT
 - 2. Processo registado sob o n.º 2822/2003, Américo Pereira Seca, instruído com a informação n.º 40/2019/DOT/cm0650, de 03 de abril em curso, da DOT;
 - 3. Processo registado sob o n.º 1286/2006, da firma NOC Novas Construções, Limitada, instruído com a informação n.º 88/2019/DOT/cm1282, de 18 de fevereiro último, da DOT;
 - 4. Processo registado sob o n.º 23.851/2007, da firma NOC Novas Construções, Limitada, instruído com a informação n.º 87/2019/DOT/cm1282, de 14 de fevereiro último, da DOT;
 - 5. Processo registado sob o n.º 135/2018, de Herdeiros de Armando Frazão, instruído com a informação n.º 84/2019/DOT/cm1151, de 01 de abril em curso, da DOT;
 - = Reclamação Informação n.º 125/2019/DOT/cm1282, de 14 de março findo, a remeter o Auto de Vistoria n.º 10/2019;
- = Beneficiação/demolição de edificação Segurança e salubridade públicas:
 - 1. Auto de vistoria n.º 11/2019;
 - 2. Auto de vistoria n.º 12/2019;
 - 3. Auto de vistoria n.º 13/2019;
 - 4. Auto de vistoria n.º 14/2019;
 - 5. Auto de vistoria n.º 15/2019;
 - 6. Auto de vistoria n.º 16/2019;
 - 7. Auto de vistoria n.º 17/2019;
 - 8. Auto de vistoria n.º 18/2018;
 - 9. Auto de vistoria n.º 19/2018;
 - 10. Informação n.º 41/2019/DOT/cm0758, de 26 de março findo, da DOT.

5. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E SAÚDE

- = Pedidos de Apoio de Ação Social Direta:
 - 1. Informação n.º 323/19, de 25 de março findo, da Divisão de Educação, Ação Social e Saúde (DEASS);
 - 2. Informação n.º 324/19, de 25 de março findo, da DEASS;
- = Ação Social Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico:
 - 1. Proposta de atribuição de subsídios escolares 2019/2020 Informação n.º 330/19, de 03 do corrente mês, da DEASS;
 - 2. Comparticipação no custo de refeições Ano letivo 2018/2019:
 - Informação n.º 335/19, de 05 de abril em curso, da DEASS;
 - Informação n.º 336/19, de 05 de abril em curso, da DEASS;
 - Informação n.º 337/19, de 05 de abril em curso, da DEASS.

6. DIVISÃO DE APOIO A FUNDOS COMUNITÁRIOS E EXPEDIENTE

6.1. SECÇÃO DE EXPEDIENTE, ARQUIVO E REPROGRAFIA

= Proposta de implantação de "Monumento ao Bombeiro" em Fátima – Carta, datada de 13 de março findo, da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Fátima.



7. SERVIÇO DE TURISMO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

= Comemoração do 40.º aniversário da Fanfarra da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ourém – Estados Unidos da América – Carta, datada de 09 de março findo, de José Luís Vale.

8. SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO

= Pedido de indemnização por danos causados pelo funcionamento de equipamentos municipais – Requerimento registado sob o n.º 44.717/2018, de Viktor Kushniruk.

9. SERVIÇO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

- = Alteração da localização do reservatório de abastecimento público de água de Casal dos Frades Freguesia de Seiça Relatório de reunião, datado de 27 de fevereiro findo, subscrito pelo Senhor Presidente da Câmara;
- = Taxas de conservação das redes e sistema de saneamento, tarifa de tratamento de águas residuais, tarifa de recolha, transporte e tratamento de RSU's Devolução de verba, por motivo de rotura:
 - 1. Informação n.º 204/19, datada de 19 de março findo, do Serviço de Ambiente e Sustentabilidade (SAS);
 - 2. Informação n.º 205/19, datada de 19 de março findo, do SAS;
- = Sistema de Drenagem de águas residuais do Concelho de Ourém Tarifa de ligação ao sistema Processo registado sob o n.º 21.538/2012, de Porfírio da Conceição da Rocha Machado.

10. SERVIÇO DE PROJETOS TÉCNICOS

= Reabilitação do antigo Mercado Municipal para Fórum Cultural de Ourém – Estudo prévio – Informação n.º 176/19, datada de 21 do mês findo, do Serviço de Projetos Técnicos.

11. SERVIÇO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE

= Cedência das instalações do antigo Seminário Monfortino – Fátima – Proposta de protocolo – Informação n.º 93/19, de 09 do corrente mês, da Chefe do Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude.

12. EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DE IMAGEM CORPORATIVA, EVENTOS E PROTOCOLO

= Delegação da Covilhã da Cruz Vermelha Portuguesa – Pedido de apoio – Carta, datada de 18 de março findo, da instituição.

Câmara Municipal de Ourém, 10 de abril de 2019 O Presidente da Câmara

Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque



DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Processos deferidos por despachos dos Exmos. Presidente e Vereadores, 01-04-2019 a 12-04-2019

Processo nº	Requerente	Local
893/2010	Basílio dos Santos Fernandes	Av. D. Afonso Henriques, nº 525 - Sobral – Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias
302/2018	Elvira Alves Lopes Ferraz	Rua do Vale - Marta de Baixo - Rio de Couros - da União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos
235/2018	Eugénia Maria de Oliveira Pereira	Rua Luís de Camões - Pêras Ruivas – Freguesia de Seiça
161/2018	Filipa Isabel Sequeira Borges Nogueira Palla	Av. D. Afonso Henriques - Sobral – Nossa Senhora das Misericórdias
597/2019	Hélder António Pereira Novo	Estrada da Portela da Armada, nº 35 – Barrocaria – da União das Freguesias de Gondemaria e Olival
285/2018	Manuel Alves Raimundo	Rua dos Canteiros – Casal de Baixo - Rio de Couros - da União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos
1892/2008	Maria de Oliveira dos Reis Gouveia	Rua do Outeiro - Murtal — Freguesia de Atouguia
347/2017	Pedro Duarte e Teresa Gomes	Cumeada – União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais
270/2018	Spycar – Inspeções de Veículos, S.A.	Estrada da Oliveirinha – nº 236 – Casal dos Crespos – Freguesia de Nossa Senhora da Piedade

Ourém 15 de abril de 2019

A Assistente Técnica de Apoio Administrativo da DOT



SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 01/04/2019 a 12/04/2019

Número Entrada	Requerente	Tipo de Licenciamento
12664	Francisco Serafim Ferreira Mendes	Licença de Ruído
13356	José Sousa Cardoso	Venda de terreno no cemitério
13003	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Caxarias-Capela de Santo António	Licença de Ruído
13011	Fábrica da Igreja Paroquial de Olival-Capela da Soutaria	Licença de Ruído
12750	Consolata-Hotel, SA	Inspeção de elevador
12744	Administração do Condomínio	Inspeção de elevador
12747	Consolata Hotel, Lda.	Inspeção de elevador
12669	Grupo Desportivo Sobralense	Licença de ruído
12628	Fábrica da Igreja Paroquial do Olival	Licença de ruído
13241	Celeste Fernandes dos Reis Baptista	Inumação de cadáver
12744	Administração do Condomínio	Inspeção de elevador
12750	Consolata-Hotel, Lda.	Inspeção de elevador
12747	Consolata-Hotel, Lda.	Inspeção de elevador
13125	Fátima Exporte, Lda	Inspeção de elevador
14081	Qualisenior, lda.	Inspeção de elevador
13618	Delegação Regional Congregação das Irmanzinhas da Assunção	Inspeção de elevador
13619	José Vieira dos Reis e Outros	Inspeção de elevador
13649	Condomínio Edifício Alto das Nogueiras	Inspeção de elevador
13780	Natália da Silva	Inspeção de elevador
13782	Natália da Silva	Inspeção de elevador
13806	Condomínio Rua Padre António Martins Pereira, Lote 5	Inspeção de elevador
13806	Condomínio Bela Vista	Inspeção de elevador
13813	Condomínio D. José	Inspeção de elevador



13832	Condomínio Edifício Azinheira	Inspeção de elevador
13834	Condomínio Covinhas, n.º 1	Inspeção de elevador
13835	Condomínio Rua São João de Deus, n.º 14, Lote	Inspeção de elevador
13837	Condomínio Rua São de Deus, n.º 22-Lote 4	Inspeção de elevador
13839	Fatisénior, Lda.	Inspeção de elevador
13840	Fatisénior, Lda.	Inspeção de elevador
12955	Câmara Municipal de Leiria	Outras atividades que podem afetar o trânsito Normal
14987	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Atouguia	Licença de Ruído
15016	Grupo de Concertinas da Conceição	Licença de Ruído

Ourém, 15 de abril de 2019

Vítor Manuel de Sousa Dias

Chefe do Serviço de Fiscalização e Contencioso



PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E A FREGUESIA DE URQUEIRA

O Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de maio, estabelece que a política de defesa da floresta contra incêndios deve garantir a existência de estruturas dotadas de capacidade e conhecimentos específicos adequados para o desenvolvimento de ações de prevenção, vigilância, apoio ao combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio.

Com a publicação da Portaria n.º 35/2009, de 16 de janeiro, foi aprovado o Regulamento de Organização e Funcionamento do Dispositivo de Prevenção Estrutural, estrutura integrada e criada pela ex-Autoridade Florestal Nacional, atual Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e na sua dependência, que se articula institucionalmente no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios, nos termos do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de julho, na redação atual e que integra a estrutura de sapadores florestais.

A Junta de Freguesia de Urqueira, no âmbito do Despacho nº 6532-A/2018, de 3 de julho, passa a ser detentora de uma Equipa de Sapadores Florestais (ESF), nos termos da legislação em vigor, Decreto-Lei n.º 8/2017, de 9 de janeiro, prestando assim um inegável serviço público dirigido para o desenvolvimento e proteção florestal, direcionado para a manutenção das áreas contíguas a infraestruturas importantes, bem como na prevenção de incêndios florestais através da ESF.

Por conseguinte, possuindo a Câmara Municipal competências no domínio da proteção civil, conforme previsto no art.º 23, n.º 2, alínea j) da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), na sua redação atual e em conformidade com a deliberação camarária de xx de xx de 2019, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma Lei, é celebrado o presente protocolo entre:



PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com NIPC 501 280 740, com sede na Praça D. Maria II – n.º 1, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, 2490-499 Ourém, representado neste ato pelo Presidente da Câmara Municipal, Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de Albuquerque

e

SEGUNDO OUTORGANTE: Freguesia de Urqueira, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 507 023 048, com sede no Largo do Rossio – n.º 1, Urqueira, 2435-712 Urqueira, representada neste ato pelo Presidente da Junta de Freguesia, Orlando Sérgio Palmeiro Calado Cavaco.

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA (Objeto)

O presente protocolo visa estabelecer as regras relativamente a ações de prevenção estrutural, a realizar pelo Segundo Outorgante no Concelho de Ourém, através da ESF, de acordo com o art.º 3.º do Decreto-Lei 8/2017, de 9 de janeiro, e respetiva comparticipação financeira.

CLÁUSULA SEGUNDA (Âmbito Territorial)

As ações objeto do presente protocolo serão prestadas na área de intervenção da ESF (freguesias de Urqueira e Espite e concelho de Ourém), devendo os Outorgantes respeitar o trabalho de serviço público de proteção e defesa da floresta, definido pelo ICNF anualmente.

CLÁUSULA TERCEIRA

(Localização de Viatura, Equipamentos e LLE)

- A viatura e equipamentos atribuídos à ESF, assim como outros materiais decorrentes da sua atividade, ficam sedeados nas instalações do Primeiro Outorgante, designadamente, no Estaleiro Municipal, sito na localidade de Pinheiro, freguesia de Nossa Senhora da Piedade – Ourém;
- 2. O Local Estratégico de Estacionamento da ESF fica situado na freguesia de Urqueira;
- 3. Consoante a localização dos trabalhos da ESF, o Segundo Outorgante compromete-se a disponibilizar um local para alimentação e descanso.



CLÁUSULA OUARTA

(Obrigações do Primeiro Outorgante)

Compete ao Primeiro Outorgante:

- 1. Dispor de serviço técnico habilitado na área da Silvicultura que supervisione a atividade da ESF, suportando os encargos do enquadramento técnico;
- 2. Suportar as despesas de funcionamento da equipa, designadamente com o material de desgaste rápido; combustíveis e pequenas reparações; a inspeção periódica obrigatória da viatura; os cuidados de saúde dos trabalhadores, caso sejam beneficiários da ADSE; a contratualização de serviços na área da Segurança e Medicina no Trabalho; o seguro de danos próprios da viatura afeta pelo INCF à ESF;
- 3. Disponibilizar os elementos da ESF para a frequência das ações de formação profissional que sejam acordadas entre ambos os Outorgantes;
- 4. Garantir a operacionalidade do equipamento individual e coletivo da ESF e a sua manutenção ou substituição, incluindo a possibilidade de utilização de meios mecânicos do Primeiro Outorgante;
- 5. Cooperar com o Segundo Outorgante na aplicação das normas de segurança, higiene e saúde no trabalho;
- 6. Disponibilizar um espaço para guardar a viatura e equipamento, assim como outro material decorrente da atividade da ESF;
- 7. Manter permanentemente atualizado o SISF-ICNF, com o registo da informação relativa à identificação dos sapadores florestais e dos elementos relevantes da entidade titular, descritos no n.º 7 da Cláusula Quinta.

CLÁUSULA QUINTA

(Obrigações do Segundo Outorgante)

Compete ao Segundo Outorgante:

- 1. Selecionar e recrutar os candidatos a sapadores florestais, de forma a manter a ESF, devendo essa escolha obter parecer favorável do Primeiro Outorgante;
- Suportar os encargos decorrentes do procedimento administrativo de contratação da ESF e garantir os vencimentos dos trabalhadores, cumprindo os encargos sociais obrigatórios e respetivos prémios de seguros;
- 3. Disponibilizar à ESF todo o equipamento que consta no Protocolo estabelecido pelo ICNF e o Segundo Outorgante;
- 4. Promover a formação de novos elementos da ESF sempre que ocorra a substituição dos elementos iniciais;



- 5. Zelar pela aplicação das normas de segurança, higiene e saúde no trabalho dos elementos da ESF;
- 6. Promover a marcação de férias dos elementos da ESF, obtendo o parecer favorável do Primeiro Outorgante;
- 7. Enviar ao Primeiro Outorgante, em tempo útil para atualização na plataforma SISF-ICNF, comprovativo de cumprimento de encargos regulares e, designadamente, alteração de dados de identificação, contratações/renovações, seguros de acidentes de trabalho e da viatura.

CLÁUSULA SEXTA

(Obrigações de ambos os Outorgantes)

Compete aos dois Outorgantes:

- 1. Elaborar em conjunto o Plano de Atividades e o Relatório de Atividades da ESF, assim como os Relatórios trimestrais da atividade desenvolvida pela equipa, e submeter eletronicamente na plataforma SISF-ICNF;
- Efetuar o acompanhamento dos trabalhos da ESF, de forma a assegurar o cumprimento do Plano de Atividades e disponibilizar informação do seu funcionamento;
- 3. Garantir a necessária flexibilidade de horário de trabalho para o exercício das ações de defesa da floresta contra incêndios, nomeadamente durante o período crítico;

CLÁUSULA SÉTIMA

(Comparticipação Financeira)

- Pela execução das tarefas referidas nas cláusulas anteriores do presente Protocolo, o Primeiro Outorgante compromete-se a atribuir um apoio financeiro anual ao Segundo Outorgante para os anos de 2019, 2020 e 2021, no valor de vinte e dois mil e duzentos euros (22.200,00€), mediante transferência bancária para conta titulada pelo Segundo Outorgante;
- 2. A primeira tranche será paga até ao final do mês referente à data de assinatura do presente Protocolo e as restantes serão pagas, em cada um dos anos seguintes, 2020 e 2021, também até ao final do mês, coincidente com o mês referente à data de assinatura do Protocolo.



CLÁUSULA OITAVA

(Revisão ao Protocolo)

- 1. O presente Protocolo de colaboração pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público;
- 2. O Protocolo em causa pode ser objeto de revisão devido a qualquer alteração ao Programa de Sapadores Florestais que implique modificação dos valores financiados ou no caso de alterações legais que impliquem variações dos custos associados à contratação.

CLÁUSULA NONA

(Cessão da Posição Contratual)

O Segundo Outorgante não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do presente protocolo sem autorização do Primeiro Outorgante.

CLÁUSULA DÉCIMA

(Casos Fortuitos ou de Força Maior)

- 1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves e outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no presente protocolo;
- 2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação, devendo ser ajustado o valor mensal a transferir pelo Primeiro Outorgante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

(Casos Omissos)

Os casos omissos e dúvidas que sejam suscitadas pela interpretação do presente protocolo serão devidamente analisadas e resolvidas por ambos os Outorgantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

(Incumprimento)

O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do presente protocolo confere, nos termos gerais do direito, à outra parte o direito de denunciado mediante comunicação prévia escrita, registada com aviso de receção, enviada à parte faltosa, produzindo efeitos a partir da data da receção;



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

(Denúncia)

O presente Protocolo pode ser denunciado por qualquer dos Outorgantes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

(Vigência do Protocolo)

- 1. O período de vigência do presente protocolo inicia-se a xx de xx de 2019, e é válido por três anos, sendo automaticamente renovável por igual período, salvo se for denunciado por qualquer dos Outorgantes.
- O presente protocolo compreende 6 (seis) folhas, que irão ser rubricadas pelos Outorgantes, à exceção da presente folha, em virtude de conter as assinaturas dos mesmos.
- 3. Celebrado aos xx dias do mês de xx de 2019, em dois exemplares de igual teor e validade, destinando-se cada um deles aos seus Outorgantes.

Pelo Primeiro Outorgante	Pelo Segundo Outorgante
Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho	Orlando Sérgio Palmeiro Calado Cavaco
Albuquerque	



APOIO FINANCEIRO

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E A ACISO – ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL OURÉM-FÁTIMA "PROMOÇÃO DO TURISMO RELIGIOSO EM 2019 E 2020"

Considerando que:

- a prossecução do Interesse Público Municipal, igualmente concretizado por entidades legalmente constituídas e que visem fins de natureza económica e socialmente relevantes, constitui um auxiliar inestimável na promoção do maior desenvolvimento dos Municípios;
- 2. os municípios dispõem de atribuições no domínio da promoção do desenvolvimento económico, de acordo com a alínea m) do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.
- 3. As ações de promoção de Fátima no contexto do Turismo Religioso visam consolidar a marca "Fátima".
- 4. O Município de Ourém e a ACISO Associação Empresarial Ourém-Fátima mantêm uma parceria ativa para a promoção e desenvolvimento económico no concelho de Ourém.

Pelo exposto e nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo entre

PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490-499 Ourém representado neste ato pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de Albuquerque;

е

SEGUNDO OUTORGANTE: ACISO – Associação Empresarial Ourém-Fátima, pessoa coletiva com o NIPC 500 971 293, com sede na Travessa 10 de Junho, n.º 11, na cidade de Ourém, representada neste ato por Domingos Oliveira das Neves e Fernando Jorge Oliveira



da Silva e Sá na qualidade de Presidente da Direção e Tesoureiro, respetivamente, com poderes para outorgar o ato.

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª (Objeto)

- Constitui objeto do presente Protocolo a atribuição de um apoio financeiro, o qual visa financiar os encargos decorrentes de diversas ações de promoção no âmbito da dinamização da marca Fátima, no contexto do Turismo Religioso, destacando-se a realização do Workshop Internacional do Turismo Religioso.
- As despesas gerais de funcionamento do Segundo Outorgante e que decorrem da estrutura de encargos fixa da entidade, não serão elegíveis para efeitos de financiamento no âmbito deste protocolo, nomeadamente, os encargos com pessoal.
- 3. Não obstante o disposto no número anterior, serão consideradas elegíveis as despesas com pessoal, que se reportem ao período em que se realizam eventos promocionais enquadráveis no objeto deste protocolo, bem como nos 15 dias que as antecedem (período de preparação e planeamento).

CLÁUSULA 2.ª

(Apoio Financeiro)

- O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 95.000,00 euros (Noventa e Cinco Mil Euros) de acordo com o plano de pagamentos previsto na cláusula seguinte.
- Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído referido no número anterior.
- 3. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao valor executado.

CLÁUSULA 3.ª

(Plano de pagamentos)

- 1. O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos:
 - a. 30.000,00 euros (Trinta Mil Euros) em julho de 2019.
 - b. 32.500 euros (Trinta e Dois Mil e Quinhentos Euros), em fevereiro de 2020;



- c. 32.500 euros (Trinta e Dois Mil e Quinhentos Euros), em julho de 2020.
- 2. O pagamento da segunda prestação está condicionado à apresentação de documentos de despesa e a comprovativo do pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior.
- 3. O pagamento da última prestação está condicionado à apresentação de relatório final com cópia documental comprovativa das despesas e das receitas inerentes à atividade objeto de financiamento, cingindo o pagamento ao valor líquido resultante da diferença entre as receitas e as despesas realizadas.
- 4. O pagamento será efetuado por transferência bancária, para a conta bancária da ACISO com o número de identificação bancária 003508910001312323041, da entidade bancária Caixa Geral de Depósitos, conforme consta no Anexo – I, que faz parte integrante do presente protocolo.

CLÁUSULA 4.ª

(Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente Protocolo;
- b) Aplicar e administrar corretamente a comparticipação financeira que lhe está a ser concedida tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- c) Manter nas suas instalações um dossier devidamente organizado com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e as declarações prestadas no âmbito deste protocolo, bem com os documentos comprovativos da realização das despesas e das receitas obtidas, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e disponibilizá-lo (diretamente ou através dos seus representantes legais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante cinco anos após o término do presente protocolo;
- d) Remeter relatório da atividade desenvolvida com demonstração documental das despesas ocorridas e das receitas obtidas;
- e) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direcção-Geral dos Impostos;
- f) Observar o cumprimento ao estabelecido no Código dos Contactos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);
- g) Cumprir as normas técnicas, legais e regulamentares a que o Primeiro Outorgante está sujeito;



h) Inserir o logotipo do Município de Ourém no âmbito das atividades objeto de apoio.

CLÁUSULA 5.ª

(Direitos do Segundo Outorgante)

Constituem direitos do Segundo Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências financeiras previstas no presente contrato.
- b) Solicitar ao Primeiro Outorgante apoio técnico no planeamento das intervenções a executar.

CLÁUSULA 6.ª

(Apoio técnico)

O Primeiro Outorgante apoiará tecnicamente o Segundo Outorgante no âmbito do presente protocolo, através dos recursos humanos e meios disponíveis no Município, em estrita observância à racionalidade das necessidades demonstradas e ao estabelecido na cláusula 5.ª do presente protocolo, sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços municipais.

CLÁUSULA 7.ª

(Divulgação ao apoio financeiro concedido)

O Segundo Outorgante deverá proceder à publicitação, na atividade a desenvolver, do apoio concedido pelo Primeiro Outorgante.

CLÁUSULA 8.ª

(Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

- 1. Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula 1.ª deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.
- 2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto definido na cláusula 1.ª.



CLÁUSULA 9.ª

(Acompanhamento e controlo do contrato)

- 1. O Acompanhamento e Controlo do presente Protocolo de Comparticipação competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, verificar a sua boa execução.
- 2. O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados bem como fazer-se acompanhar aquando da visita prevista no número anterior.

CLÁUSULA 10.ª

(Revisão ao Protocolo)

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.

CLÁUSULA 11.ª

(Denúncia)

O Protocolo pode ser denunciado por ambas as partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte com uma antecedência mínima de 60 dias.

CLÁUSULA 12.ª

(Incumprimento, rescisão e sanções)

- 1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.
- O incumprimento do presente Protocolo constitui um impedimento para que se verifique a atribuição de apoio qualquer apoio financeiro ao Segundo Outorgante, durante um período mínimo de três anos.

CLÁUSULA 143ª

(Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.ª, o período de vigência do presente Protocolo inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à prestação relativa ao apoio atribuído.



Aprovações:	
Câmara Municipal:	
Assembleia Municipal:	
	preende <u>7</u> folhas às quais se juntam r rubricadas pelos Outorgantes, à exceção da
folha 8, em virtude de conter as assinaturas d	los mesmos.
Celebrado aos () dias do mês de igual teor e validade, destinando-se cada um	de 2019, em dois exemplares de deles aos seus Outorgantes.
Pelo Primeiro Outorgante,	Pelo Segundo Outorgante,
Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque	Domingos Oliveira das Neves

Fernando Jorge Oliveira da Silva e Sá



PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM A INSIGNARE-ASSOCIAÇÃO DE ENSINO E FORMAÇÃO E CONSERVATÓRIO DE MÚSICA E ARTES DO CENTRO (CMAC,CRL)

Justificação

Considerando que:

- a) O Município de Ourém, adiante designado por Município, é proprietário do edifício do antigo seminário dos Monfortinos, sito na Av. Beato Nuno, Fátima e é um dos Associados Fundadores da Insignare-Associação de Ensino e Formação, adiante designada por INSIGNARE, tendo sempre feito parte da sua direção, dando elevados contributos para o crescimento sustentado desta Associação;
- b) A INSIGNARE é uma associação privada sem fins lucrativos que goza das prerrogativas de utilidade pública, com sede em Ourém, entidade proprietária da Escola Profissional de Ourém-estabelecimento de ensino instalado na cidade de Ourém, com instalações próprias; e da Escola de Hotelaria de Fátima-estabelecimento de ensino instalado na cidade de Fátima, no edifício do antigo seminário dos Monfortinos;
- c) O Conservatório de Música e Artes do Centro, adiante designada por CMAC, CRL, é uma cooperativa de ensino legalizada, sem fins lucrativos e que visa fins de interesse público sob a tutela do Ministério da Educação, com cursos oficiais e devidamente credenciada com a credencial n.º 59/2019 pela CASES. Que já utiliza algumas frações do edifício do antigo seminário dos Monfortinos e que devido à procura crescente dos seus serviços, necessita de mais salas, sendo essencial criar condições para o pleno desenvolvimento das suas atividades.

Atendendo que a INSIGNARE prevê a ampliação da sua área de abrangência com instalações complementares durante o ano letivo 2019/2020 e seguintes, e com isso poderá libertar 4 salas (identificadas no Anexo I) face à ocupação que mantém atualmente no edifício para a atividade letiva teórica;



E atendendo a que o CMAC, CRL, tem a necessidade de melhoria da prestação de serviço com a ocupação destes espaços identificados é definido que estas quatro salas passem a ser ocupadas pelo CMAC.

Enquadramento Legal

No âmbito do respetivo quadro legal, é competência dos Municípios, nos termos do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, "Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município", materializando-se esse apoio através de protocolo de colaboração, a celebrar com instituições públicas, particulares e cooperativas, que desenvolvam a sua atividade na área do município, em termos que protejam cabalmente os direitos e deveres de cada uma das partes e o uso, pela comunidade local, dos equipamentos.

Pelo exposto, é celebrado entre:

Primeiro Outorgante: Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público nº 501 280 740, com sede em Ourém, Praça D.Maria II, nº 1, 2490-499 Ourém, representado neste ato por Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque, na qualidade de Presidente do Município de Ourém, adiante designado por Município;

е

Segundo Outorgante: INSIGNARE- Associação de Ensino e Formação, pessoa coletiva n.º 502 964 685, com sede em Edifício Paço do Conde- Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 2490-548 Ourém representada neste ato por Carina João Oliveira, na qualidade de Diretora-Executiva, adiante designada por INSIGNARE;

е

Terceiro Outorgante: Conservatório de Música e Artes do Centro, CRL, pessoa coletiva nº 514 061 758, com sede na Avenida D. Nuno Álvares Pereira, nº 11, 2490-483, Ourém representado neste ato por Alexandre de Sousa Rodrigues na qualidade Presidente de Direção, adiante designado como CMAC,CRL.

O presente protocolo de colaboração, que se rege pelas cláusulas seguintes:



Cláusula 1ª (Objecto)

Constitui objeto do presente contrato estabelecer de uma forma clara, os termos de cedência de utilização, pelo Município de Ourém, aos restantes outorgantes deste protocolo das instalações do edifício do seminário dos Monfortinos, propriedade do Município de Ourém.

Cláusula 2ª

Obrigações do Primeiro Outorgante

- 1. O Primeiro Outorgante é dono e legítimo proprietário do prédio urbano, designado por Seminário dos Monfortinos, sito na Avenida Beato Nuno, Fátima;
- 2. Pelo presente protocolo, o primeiro outorgante obriga-se a ceder ao Segundo e Terceiro Outorgantes o uso das instalações do prédio a que se alude no número anterior, pelo período de dez anos;
- 3. Autorizar a INSIGNARE e CMAC a executar obras de manutenção e reparação que se venham a considerar necessárias, mediante comunicação prévia.

Cláusula 3ª

Obrigações do Segundo Outorgante

- 1. O Segundo Outorgante obriga- se ao seguinte:
- a) Fazer uma boa e adequada utilização dos espaços cedidos, zelando pela manutenção dos espaços por si utilizados;
- b) Ser responsável pela manutenção e reparação de todas as avarias que se venham a verificar no edifício, procedendo à faturação da reparação com a imputação correspondente a cada utilizador do edifício;
- c) Comparticipar nas despesas de funcionamento, que serão aferidas no início de cada ano letivo, conforme a utilização que vier a ser acordada: água, eletricidade, limpeza dos espaços comuns, e outras que se venham a revelar necessárias;
- d) Garantir o pagamento perante as empresas fornecedoras dos serviços previstos na alínea anterior;
- e) Criar um chaveiro central onde fiquem depositadas os duplicados de todas as chaves em utilização no edifício, possibilitando uma rápida intervenção em situações de perigo para o edifício e seus utilizadores;



Cláusula 4ª

Obrigações do Terceiro Outorgante

- 1. O Terceiro Outorgante obriga- se ao seguinte:
- a) Fazer uma boa e adequada utilização dos espaços cedidos, zelando pela manutenção dos espaços por si utilizados;
- b) Comparticipar nas despesas de funcionamento, que serão aferidas no início de cada ano letivo, conforme a utilização que vier a ser acordada: água, eletricidade, limpeza dos espaços comuns e outras que se vierem a revelar necessárias;
- c) O CMAC,CRL, compromete -se a utilizar as instalações cedidas pelo Município de Ourém no edifício do Seminário dos Monfortinos, para ali desenvolver atividades de caráter educativo, formativo, cultural e recreativo e em particular, o ensino da música nos termos reconhecidos e autorizados pelo Ministério da Educação;
- d) A terceira Outorgante assume total responsabilidade pela utilização que faça do espaço em causa, no âmbito do presente protocolo, bem como pelas atividades que ali venha a desenvolver.

Cláusula 5ª

(Acompanhamento e controlo do contrato)

1. O acompanhamento e controlo do presente protocolo competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros verificar a sua boa execução.

Cláusula 6ª

(Revisão do Protocolo)

O presente protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou uniteralmente pelo Primeiro Outorgante.

Cláusula 7ª

(Denúncia)

O Protocolo pode ser denunciado pelas partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada às outras partes com uma antecedência mínima de 2 anos.



Cláusula 8ª

(Incumprimento, Rescisão e Sanções)

- 1. O incumprimento pelos segundo e terceiros outorgantes das condições estabelecidas no presente protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante.
- 2. O Presente Protocolo caduca automaticamente com a declaração de insolvência ou extinção do segundo e terceiro Outorgantes;
- 3. À primeira Outorgante assiste o direito de invocar a rescisão do presente protocolo, devidamente fundamentada por razões de interesse público relevante e comunicada aos restantes outorgantes no prazo definido na cláusula 7ª mediante notificação por carta registada.

Cláusula 9ª

(Vigência do protocolo de colaboração)

- 1. O período de vigência do presente Protocolo inicia-se com a sua assinatura;
- 2. O presente protocolo tem vigência de dez anos, sendo renovável por iguais períodos;

O presente protocolo compreende 5 folhas, às quais se junta uma folha respeitante ao Anexo I, que irão ser rubricadas pelos Outorgantes.

Celebrado aos ----- em três exemplares de igual teor e validade, destinando-se cada um deles aos seus outorgantes.

Pelo Primeiro Outorgante	Pelo Segundo Outorgante
Luís Miguel Marques Grossinho Albuquerque	Carina João Reis Oliveira
Pelo Terceiro Outorgante	
Alexandre de Sousa Rodrigues	